



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 107**

### **97ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 06

Projetos de Lei ..... 11

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 12

Dep. Plauto Miró ..... 13

Dep. Geraldo Cartário ..... 15

Dep. Douglas Fabrício ..... 19

#### **Grande Expediente:**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 21

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 12

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró ..... 14

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário ..... 15

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 20

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 23

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 25

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 26

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 26

Discussão/Votação

3ª Discussão ..... 27

2ª Discussão ..... 27

1ª Discussão ..... 28

Discussão Única (Proposições) ..... 32

Requerimentos ..... 35

**Encerramento da Sessão ..... 35**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 35

Diretoria Geral

Portarias ..... 36

Atas de Comissões

Indústria e Comércio ..... 38

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação ..... 38

### **DIÁRIO Nº 107**

### **97ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2008**

*(terça-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Tadeu Veneri e Teruo Kato (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (16).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob os nºs CTL/CC 300 a 304 e 311/08, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

131/08: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, exige dos candidatos no processo seletivo para ingresso em curso de educação superior de instituições de ensino superior do estado do Paraná, conhecimento sobre a história, geografia e atualidades do estado do Paraná, nas disciplinas de história e geografia, o qual convertido em Lei tomou o nº 15918. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/08: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 15665/07, que autorizou o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel ao município de Nova Esperança, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15919. **Anote-se - Arquivo-se.**

778/07: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Hylo Francisco Bresolin, o qual convertido em Lei tomou o nº 15920. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/08: De autoria dos Deputados Elio Rusch e Stephanes Júnior que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Evaldo Ulinski, o qual convertido em Lei tomou o nº 15921. **Anote-se - Arquivo-se.**

691/07: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, acresce os dispositivos que especifica, ao artigo 2º, da Lei nº 14087/03 - Programa Luz Fraterna, o qual convertido em Lei tomou o nº 15922. **Anote-se - Arquivo-se.**

324/08: De autoria do Tribunal de Justiça que, cria dois cargos de Juiz de Direito Substituto, de provimento efetivo, na comarca de Foz do Iguaçu, de Entrância Final, o qual convertido em Lei tomou o nº 15940. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 299/08, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 409/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 306/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 842/08-AJ/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 647. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 337/08 do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades desenvolvidas pelo referido Tribunal, durante o 1º trimestre de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2210/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças dos Processo nº 50950/07-TC, referente à Impugnação de Despesas da Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2291/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 712/08 - Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 18171/08-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº SEPL/COP nº 271/08 do Sr. Nestor Celso Imthorn Bueno, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações da Despesa ocorridas no 2º trimestre de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL000730, 763, 764, 765 e 766/08, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução dos Programas PNATE-Fundamental; PNAP- Pré-Escola; PNAC-PNAE Creche; PNAI-PNAE Indígena e PNAQ-PNAE Quilombola junto a Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL000740/08, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução do Programa Prolicenciatura Fase I, junto a Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. **Ao conhecimento da Casa.**

# PROCURADORIA GERAL

Ofício nº 029/08-PG

Curitiba, em 01/09/08.

*I - Protocole-se*

*II - Determino ao Sr. Diretor Geral que dê ciência aos Srs. Parlamentares e a Administração da Casa para providências cabíveis.*

*Em, 01/09/08.*

*(a) NELSON JUSTUS*

*Presidente*

Senhor Presidente:

Cumpre-me comunicar a V. Exa. que no dia 29 do mês em curso foi publicada, no Diário da Justiça Eletrônico da União nº 162/08, a Súmula Vinculante nº 013 do Supremo Tribunal Federal (STF), cópia da publicação em anexo, a seguir transcrita, *in verbis*:

*A nomeação cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios viola a Constituição Federal.*

O entendimento pacificado da Corte Suprema, a partir da publicação da súmula, é o de que as autoridades não podem contratar parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou por afinidade, que englobam filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, sogro e sogra, genro e nora, cunhado e cunhada.

Ainda, a 13ª Súmula do STF, proíbe até o nepotismo cruzado ou o transnepotismo, aquele em que um agente público contrata para seu gabinete o parente de um colega e vice-versa.

Permito-me, com a devida vênia e sob censura, ponderar a V. Exa. que deve ser dada ciência da referida Súmula Vinculante nº 013, do STF, aos nobres Deputados e à Administração desta Casa de Leis, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral

## SÚMULA VINCULANTE

Em Sessão de 21/08/08, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União nos termos do parágrafo 4º do artigo 2º da Lei nº 11417/06:

Súmula Vinculante nº 13 - A nomeação cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Precedentes: ADI 1.521-MC, rel. Min. Marco Aurélio, DJ 17/03/00; MS 23.780, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 3/03/06; ADC 12-MC, rel. Min. Carlos Britto, DJ 01/09/06; ADC 12, rel. Min. Carlos Britto, j. 20/08/08; e RE 579.951, rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 20/08/08.

Legislação: CF, artigo 37, *caput*

Brasília, em 25/08/08.

MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 209/08

### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Santa Isabel do Ivaí.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção no município de Santa Isabel do Ivaí de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) TERUO KATO

### JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Isabel do Ivaí tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Ocorre que, recentemente, o município destinou um terreno ao lado do posto de saúde para a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança, obra que é parte de programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Por essa razão, Santa Isabel do Ivaí tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento nesse programa estadual, de modo a que nesse município possa ser construída Clínica de Saúde da Mulher e da Criança e, assim poder atender uma demanda crescente de pessoas de Santa Isabel do Ivaí e entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de municípios dessa cidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

#### INDICAÇÃO Nº 210/08

##### SÚMULA:

Propõe a execução de obras de melhoria na pavimentação asfáltica do trecho de Loanda ao Trevo de Nova Londrina/Paranavaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Luz Accorsi no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de melhoria na pavimentação asfáltica do trecho de Loanda ao Trevo de Nova Londrina/Paranavaí.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) LUIZ ACCORSI

##### JUSTIFICATIVA:

Justamente por ter Loanda como uma das minhas principais cidades-base e para onde viajo com frequência para atender compromissos políticos e familiares, sou constantemente cobrado quanto ao estado de conservação do trecho de pouco menos de 20 quilômetros entre aquela cidade e o trevo de Nova Londrina-Paranavaí.

Dai a minha insistência junto ao Governo do Estado, através do nosso Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes, quanto à necessidade da execução de obras de melhoria na pavimentação do percurso em tela.

Quero ressaltar a importância da qual rodovia eis que a mesma atua como uma espécie de artéria principal de tráfego de passageiros e de cargas para atingir as cidades polarizadas por Loanda, tais como São Pedro do Paraná, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Planaltina do Paraná.

Além disso, é importante verificar como justificativa dessa indicação, a intensidade do trânsito de veículos que buscam os portos São José e Caiuá, para adentrarem o estado do Mato Grosso do Sul ou vice-versa.

Recentemente o DER realizou ali, um trabalho de recapeamento, mas a superficialidade do recapeamento já está comprometida justamente pelo volume do tráfego ali registrado, ensejando, portanto, a urgente realização de novas obras e que atendam, efetivamente, as justas queixas dos usuários.

#### INDICAÇÃO Nº 211/08

##### SÚMULA:

Requer estudos e providências para a construção de ciclovia às margens da rodovia PR-182 que liga Loanda a Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Luz Accorsi no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, estudos e providências para a construção de ciclovia às margens da rodovia PR-182 que liga Loanda a Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) LUIZ ACCORSI

##### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se esta melhoria no trecho acima citado, numa distância de apenas nove quilômetros, em vista da enorme demanda de usuários de bicicletas que transitam entre as duas cidades, levados pelas necessidades de trabalho - empregos nas diversas indústrias de torneiras e registros.

O atendimento ao pleito em questão, resultará na prevenção de acidentes automobilísticos oferecendo segurança aos ciclistas, dentre outros benefícios.

#### INDICAÇÃO Nº 212/08

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola-modelo em Querência do Norte.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola-modelo no município de Querência do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

O município de Querência do Norte está entre os municípios paranaenses com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Cumpre, pois, o requisito essencial para poder ser contemplada com a construção dessas escolas de excelência que o Governador Requião determinou.

Carente de toda a sorte de recursos, essa cidade terá na construção dessa escola-modelo o alicerce fundamental para alavancar o desenvolvimento social e político de seus habitantes. Com efeito, sabe-se que a construção desse verdadeiro centro de educação para cidadania gerará círculo virtuoso que certamente será decisivo para reverter o baixo IDH de Querência do Norte.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretária da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída escola-modelo no município de Querência do Norte, solicitação que, se atendida, constituirá verdadeira medida de justiça social.

## INDICAÇÃO Nº 213/08

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola-modelo em Paranavaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola-modelo no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) TERUO KATO

## JUSTIFICATIVA:

O município de Paranavaí está entre os municípios paranaenses que, se não está entre aqueles com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), situa-se em região na qual estão alguns dos municípios com menos IDH. Cumpre, pois, o requisito essencial para poder ser contemplada com a construção dessas escolas de excelência que o Governador Requião determinou.

Com efeito, por ser cidade-pólo, que atrai, a cada dia, moradores de baixa-renda, Paranavaí terá na construção dessa escola-modelo o alicerce para alavancar o desenvolvimento social e político seja de seus habitantes, seja dos moradores da região no seu entorno. Demais, é sabido que a construção desse verdadeiro centro de educação para cidadania gerará círculo virtuoso que certamente será decisivo para reverter o baixo IDH de Paranavaí.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretária da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída escola-modelo no município de Paranavaí, solicitação que, se atendida, constituirá verdadeira medida de justiça social.

## Requerimentos

## REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário votação em bloco das proposições-veto, constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscrive, REQUER, após ouvido o duto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares, a partir do dia 8 de setembro ao dia 5 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) BETI PAVIN

## REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, REQUER, após ouvido o duto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares no período de 15 a 30 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) DR. BATISTA

## REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 27/09/08.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido reunião na Prefeitura Municipal de Curitiba, para tratar de assuntos de interesse da comunidade do Tatuquara.

## REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência do Deputado Dr. Batista, pois ausentar-se deste Plenário na Sessão do dia 01 a 03 de setembro do corrente ano, face a compromissos parlamentares previamente agendados em sua região de atuação.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) DR. BATISTA

## REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ubiratã Dionísio Fortunato, ocorrido no dia 29/08/08, no município de Catanduvas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa Iolanda e dos filhos Alexandre e Karen.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experimentado.

O Ube, que prematuramente nos deixou aos 43 anos, foi um exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Marcou sua existência pela forma generosa de ser. Amigo de todos, sempre pronto para ouvir e ajudar. Na realidade, ele deixa uma lacuna. Mas ficam suas ações, seus gestos fraternos e suas palavras dispostas a colaborar.

Pessoa que teve atuação destacada em todos os setores da vida comunitária, chegando a ocupar o honroso cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas, por dois mandatos (2001-2004) e (2005-2008) em Catanduvas.

Esposo, pai, agricultor, Ubiratã, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, no corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a partida.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que o nosso amigo Ube está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ele está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ele amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Orlando Dal Bosco, ocorrido no dia 01/09/08, no município de Catanduvas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa Vitalina Dal Bosco e de seus onze filhos.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Conheci o Sr. Orlando Dal Bosco, na década de 70, pertencente a uma família pioneira de Catanduvas. Logo, fizemos amizade e nesse tempo todo tive o privilégio de desfrutar do companheirismo da família Dal Bosco.

Homem de bem, criou sua família nos rígidos princípios de honestidade e na fé católica, mostrando que a vida deve ser enfrentada com trabalho, dignidade e respeito a todos. Nunca se furtou em colaborar com a comunidade. Todavia, exigia que as coisas fossem corretamente disciplinadas.

Orlando Dal Bosco desenvolveu toda sua existência lutando na agricultura. Um dos maiores produtores de suínos de Catanduvas, também se notabilizou como fretilista do Frigorífico Sadia. Com amor e exemplar dedicação não mediu esforços para colaborar com o desenvolvimento do agronegócio.

É sem sobra de dúvidas um exemplo a ser seguido. Pessoa respeitada e bem quista deixa uma enorme lacuna na sociedade catanduvense, especialmente na comunidade de Santa Cruz.

Outra paixão do Sr. Orlando Dal Bosco era o “velho PMDB de guerra”. Agremiação do qual foi um dos fundadores do município. Em todas as eleições seu nome era ventilado como possível candidato, porém sempre desejou ajudar, apoiar, a sair como candidato. Nunca mudou de partido. Era um incentivador das boas causas.

Eu, especialmente, não estou perdendo apenas um eleitor, mas sim um grande e leal amigo. O passamento do Sr. Orlando Dal Bosco leva também uma grande parte da história do município para o seu jazigo.

Quero com esta homenagem póstuma deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná a lembrança de um pioneiro, lutador, empreendedor, que deixou sua marca em sua passagem por esta terra.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade de nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que o seu Orlando Dal Bosco está neste momento ao lado de Deus, na morada eterna.

Aceitem nossos votos de pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Adriano Anders, ocorrido no dia 30/08/08, no município de Catanduvas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada através de seus pais Valentina e Valdir Anders.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte é inaceitável em qualquer circunstância, principalmente se estiver envolvida uma pessoa de apenas 18 anos, como foi o caso do agricultor Adriano Anders.

Toda a comunidade ficou consternada pelo precoce falecimento e também pelas circunstâncias como ele ocorreu. Adriano era um jovem bem relacionado e que tinha na família o alicerce para consubstanciar sua vida.

Homem bem quisto, na sua passagem por este mundo soube cativar amizades e simpatia. Catanduvas perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se uma lacuna na vida do município.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz. Por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

As nossas sinceras condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 2307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de hoje, no município de Irati, do Dr. Lourival Luiz Fornazzari. Dr. Lourival, importante personalidade que muito colaborou com o desenvolvimento de Irati, exerceu o cargo de Prefeito, Vereador e Provedor da Santa Casa daquele município paranaense.

Requer outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02/09/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Mauro Fuchs.

Sala das Sessões, em 02/09/08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Mauro Fuchs, médico formado pela Universidade Federal do Paraná, com residência médica no Hospital de Clínicas, especialista em Ortopedia e Traumatologia com foco na cirurgia do pé. É pós-graduado por universidades da Espanha e Itália em cirurgia do pé, sendo membro de diversas entidades ligadas ao tratamento ortopédico no Paraná e Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia do Pé. Preceptor de Residência Médica de Ortopedia do Hospital Angelina Caron e com diversos cursos em seu *curriculum*, Dr. Mauro Fuchs é um médico que exerce sua profissão com dedicação e responsabilidade, comprovados pelos diversos hospitais pelos quais trabalhou e trabalha e pela representatividade diante as diversas entidades de classe das quais faz parte.

#### REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná na pessoa de seu Presidente Dr. Luiz Alberto Cartaxo Moura pelo Jubileu de Ouro da entidade.

Sala das Sessões, em 02/09/08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, que tem como Presidente o Delegado Dr. Luiz Alberto Cartaxo Moura que comemora neste ano o seu Jubileu de Ouro, sempre defendendo a classe com honra e serenidade na busca de melhores condições de trabalho para os Delegados. Nestes 50 anos de existência, a ADEPOL-PR, vem cumprindo o seu papel, sempre com o objetivo de que os seus filiados tenham as melhores condições de atender a população paranaense nas suas necessidades de Segurança Pública. Atenta sempre aos perigos a que a sociedade está sujeita, a Associação está sempre forte e vigilante nas questões de servir e proteger, lema este que rege toda a categoria policial.

#### REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sociedade Espírita Paz.

Sala das Sessões, em 02/09/08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sociedade Espírita Paz, que atende adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, provenientes de famílias de baixa renda, oferecendo atividades no contraturno escolar em ambiente acolhedor e criativo, buscando diminuir o risco social, resgatando esses adolescentes, estimulando-os aos estudos, à valorização da auto-estima, à busca da realização de seus sonhos, à construção da cidadania e a prática do bem.

#### REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a 11ª turma de formandos do Curso de Dança de Salão-Gaúcha do Clube Danúbio.

Sala das Sessões, em 02/09/08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a 11ª turma de formandos do Curso de Dança de Salão-Gaúcha do Clube Danúbio que tem como instrutores os professores Jair Franzoi e Eliane Franzoi, divulgadores das tradições gaúchas. A esta turma que hora se forma, caberá a difusão das tradições gaúchas, bem como a divulgação do Clube Danúbio como uma referência em dança de salão-gaúcha e centro de tradições gaúchas.

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Associação dos Comerciantes e Moradores da Rua Riachuelo.

Sala das Sessões, em 02/09/08.  
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação dos Comerciantes e Moradores da Rua Riachuelo que completa um ano de existência este mês, lutando pela melhora de sua região no tocante a segurança, conservação patrimonial, atendimento aos carentes e revitalização da área. Neste curto período, já conseguiu realizar vários objetivos, a se destacar a parceria com a Associação Comercial do Paraná no evento Centro Vivo, onde o comércio é beneficiado com diversas ações de desenvolvimento, também a parceria com a Prefeitura, onde está sendo realizada a revitalização das calçadas da região, por estas ações a região vem se tornando aos poucos, um novo centro comercial e de convívio.



## REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Maria José Ripol Diniz Serenato.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Maria José Ripol Diniz Serenato, Chefe do Núcleo Regional da Educação de Santa Felicidade, que coordena a execução das ações educacionais no nível regional, apoiando as escolas municipais, Centros de Educação Integral, Centros Municipais de Educação Infantil, Centro Municipal de Atendimento Especializado, PIAs Oficiais e Faróis do Saber.

## REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Daniel Pimentel.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Daniel Pimentel formado em Administração de Empresas, é Presidente reeleito da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e Diretor Executivo da Rede Massa, afiliada ao SBT no Paraná, e Conselheiro da entidade desde 2001. Um jovem executivo paranaense que tem expressão nacional na área das telecomunicações, representando todas as empresas do setor com responsabilidade e firmeza, defendendo posturas de ética e liberdade de expressão em rádios e televisões do país. Frente a ABERT tem a responsabilidade de implantar a TV digital e definir o sistema da rádio digital, tarefas que vem cumprindo com dinamismo e competência.

## REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Airton Cordeiro.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Airton Cordeiro, jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná, estreou na Rádio Emissora Paranaense em 1959, passando posteriormente por diversas rádios da capital, sendo inclusive o primeiro profissional da mídia, no Paraná, a transmitir e estar presente numa Copa do Mundo. Como jornalista atuou também em jornais e televisões como editor de esportes e comentarista político. Sua carreira política foi emblemática, pois como Deputado Constituinte da chamada Constituição Cidadã, apresentou proposta que viria a garantir o sigilo da fonte que

beneficia os profissionais do jornalismo assim como outros profissionais. Como Vereador foi um dos mais votados em Curitiba tendo ficado de 1977 a 1978. Pela Assembléia Legislativa do Paraná, passou por duas vezes, de 1978 a 1982 e de 1983 a 1986. Sua carreira política foi pautada numa nova sociedade, baseada sobretudo na justiça social, o que começaria por educação de qualidade e universal.

## REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações pelos 61 anos ao Tribunal de Contas do Paraná.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Tribunal de Contas do Paraná que, tendo na presidência o competente e dinâmico Conselheiro Nestor Baptista, na Vice-Presidência o Conselheiro Caio Márcio Nogueira Soares, como Corregedor Geral o Conselheiro Fernando A. Mello Guimarães e os demais membros do Pleno, Conselho Artagão de Mattos Leão, Conselheiro Mauricio Requião, Conselheiro Heinz Georg Herwig, Conselheiro Hermas Brandão e como Procuradora Geral do Ministério Público junto ao TC/PR a Procuradoria Ângela Cássia Costaldello, o seu corpo de Auditores composta por seu Auditor Geral Roberto Macedo Guimarães, Auditor Cláudio Augusto Canha, Auditor Eduardo de Souza Lemos, Auditor Ivens Zschoerper Linhares, Auditor Jaime Tadeu Lechinski, Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca e Auditor Thiago Barbosa Cordeiro e, Diretor Geral Argileu Carlos Bittencourt; comemora 61 anos de existência, responsável pelo processo fiscalizador da Administração Pública. Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. O Tribunal de Contas vem atuando de maneira decidida no cumprimento de suas incumbências constitucionais. Com um eficiente quadro técnico, realiza auditorias permanentes em todos os órgãos estaduais e municipais, salvaguardando os princípios fundamentais de Administração Pública.

## REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Anna Toledo.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Anna Toledo, artista múltipla que estudou canto lírico. Intérprete, autora e Diretora de teatro, tem uma carreira multipresencial, que começou profissionalmente nos palcos de Curitiba. Mas não só como artista demonstra seu talento, em intervalos

inclui ao seu curriculum a tradução do inglês e do francês, tendo ainda trabalhado como guia turística, professora e secretária de gabinete de Deputado. Hoje demonstra seu talento pelos palcos do Brasil, levando o nome do Paraná e a personalidade dos paranaenses através de sua voz inconfundível e de sua dança.

#### REQUERIMENTO Nº 2324

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao jornalista Antônio Carlos Carneiro Neto.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornalista Antônio Carlos Carneiro Neto que começou sua carreira em 1964 na cidade de Ponta Grossa na rádio Clube Ponta-grossense, dando seus primeiros passos em uma carreira repleta de conquistas e realizações, como repórter, apresentador de televisão, produtor de TV, narrador e comentarista esportivo. Cursou Direito na Faculdade de Direito Curitiba, carreira a qual abriu mão em favor do jornalismo, que acredita ser essencial para o leitor na formação de sua visão crítica, assim como a do ouvinte e a do telespectador. Escreveu cinco livros, todos dedicados a sua grande paixão, o futebol. Hoje, dedica-se exclusivamente a função de comentarista esportivo, tanto no rádio como no jornal.

#### REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Antônio Luiz de Freitas.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Antônio Luiz de Freitas, proprietário da mais importante agência de publicidade do Paraná, a Máster Comunicação, vigésima empresa do setor no país. Começou sua carreira fazendo rádio, depois a locução de cabine em televisão, em seguida a reportagem jornalística na área econômica em jornal, a assessoria de imprensa da Secretaria da Fazenda, até ser Secretário de Estado de Imprensa, de 1975 a 1979. Formado pela Universidade do Sul Comunicação, tornou-se Mestre de Gerência em Comunicação, com concentração em Marketing. Foi Presidente do Diretório Acadêmico de Direito da Universidade Católica do Paraná, Conselheiro da União Paranaense dos Estudantes, Vice-Presidente do DCE da Católica e teve intensa vida partidária acadêmica.

#### REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor que foi por quatro vezes Secretário de Planejamento do Paraná e uma vez Secretário de Educação, formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e introduzido ao planejamento na França, PHD em Administração Pública pela USC, Estados Unidos, mestre de gerações na FAE e na Universidade Federal do Paraná, é um educador de nascença que está permanentemente em guerra contra a burocracia educacional. Mestre no curso de Administração da Universidade Federal do Paraná e na Pós-Graduação da FAE e Estação IBMEC, leva o magistério como sendo uma grande inspiração para as novas gerações.

#### REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao jornalista Carlos Alberto Pessoa.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornalista Carlos Alberto Pessoa, personagem de Curitiba, condutor de um espírito crítico, escritor de temas futebolísticos, um produtor de idéias que faz rádio de forma profissional e exemplar, sendo um homem multimídia que também passou por televisão e jornal. Produtor de textos com toques de ironia, clássicos, consegue ser bem humorado, é crítico sagaz, com uma carga cultural raríssima, dono de um dos melhores textos do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Bia Wouk.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Bia Wouk, artista plástica, formada pela Escola de Belas Artes de Paris e também no Louvre, formou-se ainda em Psicologia pela Universidade Católica do Paraná que aflorou sua inquietação intelectual e a facilidade com que transita, com segurança, em diversas áreas do conhecimento. Suas obras foram apresentadas nas mais importantes galerias de arte, entre elas, a Galeria de Arte Mexicana, na cidade do México, a Galeria Rabelo de Miami e em São Francisco, Estados Unidos, na Meridian Gallery.

#### REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao artista plástico Carlos Eduardo Zimmermann.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao artista plástico Carlos Eduardo Zimmermann, comunicador de redescobertas, trabalhadas em telas e acrílico, expressa-se também em esculturas, desenhos, colagens, gravuras e faz arte abstrata e figurativa, arte de imponente técnica, de domínio pleno de espaços vazios. Formado pela Escola de Belas Artes, recebeu a base para uma técnica inconfundível, cursou Medicina à mesma época, tendo optado pelas artes plásticas que aprimorou no curso do Royal College of Art de Londres.

**REQUERIMENTO Nº 2330**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Reitor Clemente Ivo Juliatto.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Reitor Clemente Ivo Juliatto doutor em Organização e Administração Universitária, pela Columbia University, de Nova Iorque, onde também conquistou dois mestrados *stricto sensu*, na área, e depois um pós-doutorado em Harvard University Boston, na especialidade, defensor dos valores cristãos definitivos, como o respeito à vida humana desde a fecundação, um dos dogmas mais caros aos católicos. Reitor da Pontifícia Católica do Paraná, levou a instituição a Londrina, estendendo a universidade ainda a Maringá e Toledo, fez crescer um projeto acadêmico que comporta o Hospital Cajuru, estações de rádio e televisão, gráfica, editora universitária, Centro de Produção, Propagação de Organismos Marinhos e Centro de Triagem de Animais, educador que é uma usina de idéias.

**Projetos de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 376/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica assegurada indenização aos familiares dos integrantes das Polícias Militar e Civil, dos Bombeiros Militares, bem como dos Inspectores de Segurança e Administração Penitenciária mortos fora de serviço e sem direito a cobertura de seguro de vida contratado pelo Poder Público.

Parágrafo Único. A indenização de que trata o *caput* deste artigo será devida quando comprovada, mediante apuração por competente procedimento administrativo, a relação do óbito com a natureza da função do servidor vitimado.

Art. 2º Farão jus à indenização prevista nesta lei os herdeiros legalmente reconhecidos, observada a ordem de sucessão e demais preceitos estabelecidos no Código Civil.

Art. 3º O prazo para o interessado requerer o benefício indenizatório disposto nesta lei será de até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação, no respectivo boletim interno ou assemelhado, da decisão que lhe assegurar o direito.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento anual, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Os servidores estaduais cuja atividade guarda relação com a Segurança Pública têm se transformado em alvo da criminalidade. Constantemente, tomamos conhecimento de notícias envolvendo policiais militares, bombeiros e inspetores de segurança que são assassinados fora de serviço em razão da função que exerce.

Embora não estivessem efetivamente no exercício de suas atribuições, morreram em decorrência da natureza de suas funções públicas. A covardia praticada contra estes servidores, além de violentar a sociedade como um todo, também transforma as suas respectivas famílias em vítimas.

Não bastasse a perda do ente querido, os familiares ficam sem a cobertura do seguro obrigatório. Daí a necessidade de compensar as famílias mediante o pagamento de indenização específica, hoje não contemplada em lei.

A Lei Estadual nº 14268 de 22/12/03, institui indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, aos policiais civis, militares, bombeiros militares, bem como dos inspetores de segurança e administração penitenciária em decorrência de atos ou fatos ocorridos em efetivo exercício de suas funções. Esta lei contempla indenização somente aos policiais mortos em efetivo exercício de suas funções, deixando de indenizar aqueles policiais que são mortos fora de serviço, porém em razão da natureza de sua função.

Portanto, o presente projeto de lei objetiva incluir estes policiais que são mortos em razão da natureza de sua função de policial, morto fora de serviço.

Estou certo de que tal propositura é de inteira justiça, considerando que tem por objetivo atenuar a dor provocada pelo assassinato brutal de policiais, bombeiros e inspetores de segurança. O fato de terem sido mortos em decorrência da natureza da sua função justifica o pagamento de tal indenização, para a qual peço o apoio de meus Pares.

PROJETO DE LEI Nº 377/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pró-Saúde Boqueirão, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/09/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Pró-Saúde Boqueirão, com sede e foro no município de Curitiba, é uma OCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos que tem por finalidade promover saúde, educação e bem-estar dos cidadãos do Boqueirão e de Curitiba, através da promoção de cursos que promovam a educação voltada para saúde e qualidade de vida, administrar unidades de saúde públicas ou privadas, e por fim oferecer atendimento médico visando a melhoria das condições de hábito de vida e promovendo a saúde dos cidadãos.

A documentação anexa, ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

***Pequeno Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL e TV MERCOSUL.

Temos aqui na Casa diversas comissões que analisam os projetos de lei apresentados pelos Parlamentares e também os projetos oriundos, às vezes, do Executivo, ou quase sempre do Executivo, do Tribunal de Justiça e também do Ministério Público.

Curioso, tomamos conhecimento de que o Governador vetou um projeto - de repente, um único assessor do Governador concluir que o projeto aprovado, quase sempre pelos 54 Parlamentares - destaca que o projeto é inconstitucional. Será que os 54 Deputados são incompetentes? Não conhecem a Constituição? E o que é pior: nem todo mundo é advogado, nem todo Parlamentar que aqui está conhece tudo o que determina ou permite o que pode ser feito para não ferir a Carta Magna do nosso Brasil, que é a Constituição Federal.

Mas, é de se indagar: e a douta Comissão de Constituição e Justiça, que toda semana se reúne para emitir parecer sobre os projetos que vamos votar em Plenário? Ali há advogados brilhantes, começando pelo grande Presidente da CCJ, estudioso Deputado Durval Amaral. Portanto, é de coçarmos a cabeça e meditarmos: o que vale então a decisão da CCJ, quando ela recomenda para o Plenário e depois, muitas vezes, o projeto - envolvendo parte financeira - vai para a Comissão de Finanças, da qual faço parte, para também emitir parecer sobre o impacto financeiro que o projeto pode causar?

Aí o projeto vem, bonitinho, para o Plenário. É votado, etc, etc, etc, por 54 Parlamentares, alguns com vivência nesta Casa de muitos anos. O 1º mandato que recebi do povo foi no ano de 1970. E o estranho, Sr. Presidente, é que um único assessor do Governador, também não é coisa do Governador, porque ele não vai ficar abrindo a Constituição para buscar onde está o impedimento legal para sancionar ou até vetar o projeto aprovado por esta Casa.

O curioso é que quase sempre o próprio Deputado que apresentou o projeto, nobre Deputado, meu querido Pastor Edson Praczyk, muitas vezes o próprio autor do projeto, na hora de votar o veto, ele vota contra o projeto dele mesmo. Vota contra! Tem acontecido, muitas vezes, que o Deputado apresentou um projeto bonito, ficou bem na sua base eleitoral, o Governador veta, nós da Oposição votamos para derrubar o veto do Governador, para que aquele projeto possa ser promulgado e, portanto, transformado em lei, e muitas vezes, por várias vezes, vários Deputados autores de projetos vetados pelo Governador, esses Deputados votam contra o próprio projeto que apresentaram para apreciação do Plenário. Como é que fica isso, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. que é um estudioso, um homem sereno, tranqüilo e com grande experiência parlamentar? É curioso!

E o que nós notamos também, que esse negócio de o Palácio ficar encontrando pulga onde não tem, é um negócio relativo. De vez em quando o Governador, por conveniência, sanciona um determinado projeto e lá na frente, poucos dias depois, um projeto semelhante, que daí não dá interesse em sancionar, talvez até pela origem ou pelo autor do projeto, vem o veto.

***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

E volto a repetir: como é que explicamos na nossa base ou para quem indaga o que é a Assembléia Legislativa sobre esses inúmeros projetos que os autores, que muitas vezes até pediram o voto dos colegas para votar a favor do projeto, na hora em que vem o veto, o Deputado, por ser do mesmo time do Governador Requião, não quer se confrontar com o Governador e o Deputado vota contra aquilo que ele mesmo trouxe para apreciação nesta Casa de Leis?

Então, é talvez até um apelo ao ilustre Deputado Durval Amaral, para que, quem sabe, possamos ter alguns Juristas, para que eles possam emitir também os pareceres, porque nem sempre o Deputado tem condições de redigi-los. O questionamento é sobre os projetos que têm emitidos os pareceres favoráveis na CCJ, vêm para Plenário, são aprovados, o Governador veta e o Deputado autor do projeto, ele próprio vota contra o projeto que ele mesmo apresentou.

Agora, é de se indagar até que ponto os Deputados Estaduais são despreparados, porque se é votado aqui, se é emitido um parecer que o projeto está apto, é legal, não fere a Constituição, vem o parecer e o Plenário aprova e um único assessor do Governador se sobrepõe a todos os demais, que são advogados preparados, e um único assessor derruba tudo o que foi aprovado na CCJ, às vezes na Comissão de Finanças e, por último, por este soberano Plenário. Acho que o Governador deveria, na minha ótica, não se pautar pelo parecer de um único assessor quando questiona a legalidade de matérias aprovadas por esta Casa de Leis.

Hoje, nobre Presidente Augustinho Zucchi, precisamos dar os parabéns ao Presidente Lula! A ABIN - Agência Brasileira de Inteligência, que eu disse ontem que se continuasse com aquele pessoal lá deveria mudar a sigla para ABS - Agência Brasileira de Sacanagem, sacanagem de Coronel, de General, de gente de carreira de muitos anos no serviço público, mas que vinham agindo como bandidos, grampeando telefones do Presidente do Supremo, de congressistas e daí, quem sabe, a ABIN sendo utilizada até para extorsão. Por que não? De repente é feito um grampo, pega uma conversa inconveniente, e sabe-se lá quanta gente já foi vítima de extorsão por parte daqueles que na ABIN, em um alto cargo desta república, vinham agindo como bandidos e não como servidores exemplares. O Presidente Lula fez muito bem de tomar essa providência e afastar toda a diretoria da Agência Brasileira de Inteligência.

E por último, Presidente Augustinho Zucchi, me permitam nobres Pares de abordar aqui um problema de gravidez, não é nem no Brasil. Se descobriu que agora que a filha de 17 anos da candidata a Vice-Presidente do Mc Cain, candidato a Presidente dos Estados Unidos, grave problema para o mundo, hoje está nos jornais do mundo inteiro que a garota está grávida. Acho uma hipocrisia do mundo, o assunto americano não nos cabe, é um problema americano decidir se vai ser Barack Obama, se vai ser Mc Cain. Pessoalmente torço pelo Obama, mas o que adianta a minha torcida? Não sou eleitor dos Estados Unidos! Mas isso não é só nos Estados Unidos, é no Paraná, em todo canto. Quando você vai se referir à determinada pessoa, vocês já observaram que quase sempre você procura se referir à pessoa com alguma coisa de diferente e de mal, parente, às vezes, de longe: "Fulano, o primo dele matou um cara há 20 anos. Beltrano, o avô dele deu um golpe na década de 30. Fulano, o irmão dele é gay. Beltrano quer ser candidato à Presidente, a filha

dele é uma piranha, ou a filha da candidata está grávida." O que tem a ver a gravidez com a eleição? São hipocrisias do mundo, em que se busca sempre um parâmetro do que há de pior! A pessoa que vai votar está votando em quem? Na filha? Será que era isso que a mãe queria para a filha: "Vai lá, vai engravidar, volte barriguda para casa". Agora você vai pedir para o eleitor não votar em determinado candidato, porque a filha engravidou, porque o primo é gay. Eu acho que cada um responde pelos seus atos, pela sua postura de dignidade.

Acho que está na hora de respeitar, porque cada família que tem algum tipo de problema é uma família que sofre. Qual é a família que fica feliz quando descobre um parente que está envolvido com droga? Ou a filha que engravidou, ainda muito jovem, precocemente? A mãe acaba sofrendo. Mas aos olhos do inimigo, aos olhos do adversário, eles querem sempre se apegar a um fato que muitas vezes o candidato, diretamente, nada tem a ver.

Portanto, Presidente, é muito importante o instrumento chamado família, é a coisa mais sagrada no mundo essa instituição chamada família. Que Deus abençoe a todas as famílias de bem, que elas não sejam jamais destruídas, que haja harmonia, que haja o bom relacionamento entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre irmãos, e que nós todos que estamos na política, quando houver um fato desagradável, que não se coloque família no meio. Se alguém cometeu alguma coisa que a sociedade recrimina, muitas vezes a sociedade é pior do que a pessoa que cometeu um deslize. Acima de tudo, família que tem em Deus o comando de todos seus atos e ações. Tomara que um dia essa hipocrisia do mundo acabe.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar ao próximo orador inscrito, quero registrar a visita dos alunos da Escola Desafio, de Ponta Grossa, e da responsável professora Andréia Alves. Sejam bem-vindos na Sessão de hoje.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

### ***Deputado Plauto Miró (DEM)***

#### O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, um abraço aos visitantes da Escola Desafio que nos visitam nesta tarde.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é a manchete dos jornais do Brasil, que fala dos grampos que estão sendo feitos pela ABIN. Receberam denúncias que ela vem fazendo grampos telefônicos no Poder Legislativo, dentro do Congresso Nacional, no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal. Todos os grampos não têm amparo legal, não têm autorização judicial.

Parece que está havendo um monitoramento das ações dos Poderes. Esse monitoramento, feito por integrantes da ABIN, que é ligada ao Governo Federal, deveria ser utilizada não para bisbilhotar a vida alheia, como

vem sendo feito. Tudo isso trouxe uma grande preocupação ao Brasil. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal: Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello, Gilmar Mendes, César Peluzzo e Carlos Aires de Brito já manifestaram que haviam notado que estavam sendo monitorados.

Vimos, agora por último, o Presidente do Supremo, trazer, publicamente, a escuta telefônica dele com o Senador da República. Uma conversa normal. Isso tornou, no Brasil, um situação normal, o que estamos vendo há bastante tempo, denúncias de monitoramento, de escuta telefônica. Os famosos orelhudos estão aí se intrometendo na vida alheia para poder ouvir questões íntimas, pessoais, de famílias, do nosso Brasil e, muitas vezes, utilizando essas gravações para fazer dinheiro.

Aqui no Paraná, em 2006, tivemos a prisão do policial Raseira. Foi preso por integrantes do Ministério Público do nosso estado, acusado de fazer grampo telefônico. Em especial aqui dentro da Assembléia Legislativa.

O Deputado Péricles não está aqui, mas lá no ano 2000, aqui na Assembléia Legislativa, gabinetes foram monitorados. Eu pessoalmente tive o gabinete gravado e recebi, não sei quem foi que encaminhou ao nosso gabinete, uma cópia da fita em que vários funcionários do nosso gabinete conversavam com pessoas. Nada de irregular, nada de ilegal, mas isso prova que esse é um procedimento que acontece há bastante tempo.

Naturalmente, por meio de um grampo telefônico, temos a vida de uma pessoa, de um cidadão comum, de uma pessoa que faz parte de um processo político, de uma pessoa que exerce um mandato ou senão de um empresário, de um industrial, sendo ouvido por alguém. Muitas vezes, esse grampo acaba sendo um instrumento de achaque daqueles que fazem o grampo.

Espero que lá em Brasília tragam à tona e possam mostrar às claras quem são aqueles que vêm fazendo a “arapongagem” dentro do Supremo Tribunal Federal, dentro do Congresso Nacional, dentro do Governo Federal e, também, saber a serviço de quem essas pessoas estão monitorando.

Por que estão fazendo o monitoramento de tanta gente? Qual é o motivo pelo qual essas pessoas estão fazendo essas escutas telefônicas? Quem está monitorando? Com quem estão ficando essas informações? A pedido de quem esses “arapongas” estão trabalhando? Que fique aqui registrada a indignação e quero dizer que no momento que alguém manda grampear, ouvir os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, traz um sinal vermelho, um sinal de alerta: alguma coisa séria e errada está acontecendo neste país. Quero saber e espero que seja apontado quem está mandando fazer a escuta telefônica dentro do Supremo Tribunal Federal.

**O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Só um minutinho, por favor. Não é possível aparte no horário do Pequeno Expediente.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Horário dos Democratas, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. tem o horário do seu partido. Dez minutos.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

**O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Um aparte, Deputado Plauto.

**(Assentimento)**

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, porque não podemos construir no Brasil um estado policaresco, um estado que não separa mais o que é público do que é privado.

Deputado Plauto, na história da humanidade, os maiores sonhos do homem foram por água abaixo quando aconteceu esse tipo de coisa. O stalinismo, na União Soviética, foi especialista nisso. As correspondências eram abertas, grampos de todas as formas. O stalinismo destruiu todos os líderes da Revolução Bolchevique, assassinou praticamente todos eles. Então, é muito triste que num país como o Brasil, que vem afirmando as liberdades democráticas, aconteça esse tipo de coisa.

Eu fui vítima de grampo telefônico, o senhor bem disse, aqui na Assembléia. É uma coisa que só quem passou por isso sabe, porque todo ser humano tem direito à privacidade. A lógica do mundo privado é diferente da lógica do mundo público, e quando alguém tem seu telefone grampeado isso é uma coisa muito terrível, é uma inversão total da lógica da vida humana, a confusão entre o público e o privado. Então, o senhor tem todo meu apoio e fico satisfeito que o Presidente, pelo menos, suspendeu todos os dirigentes da ABIN por esse grampo criminoso contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento!

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Obrigado.

Só deixando aqui registrado que quando se faz uma escuta telefônica sem autorização judicial, naturalmente, está se cometendo um crime e é isso que estamos vendo nos dias de hoje.

Repito: não é só lá em Brasília que está acontecendo. Isso acabou se tornando um procedimento normal. Escutamos que os Poderes constituídos têm máquinas, umas pastas que têm condições de monitorar, de grampear e acompanhar as ligações telefônicas, em torno de 1.000 telefones. É o telefone celular que, automaticamente o seu número é colocado dentro desse equipamento que se chama guardian e, naturalmente, quando

esse telefone vai fazendo ligações, o equipamento vai puxando o telefone que ele recebeu a ligação, vai fazendo uma rede de grampo e, dessa forma acabam, direta ou indiretamente, colocando pessoas inocentes dentro desse processo.

Ao mesmo tempo, muitas vezes, esse grampo que foi feito acaba sendo utilizado por pessoas de má-fé, para tentar fazer com que a conversa que aconteceu possa ser utilizada como forma de achaque à pessoas no nosso país. É isso que acontece. Espero, no decorrer de uma CPI que acontece dentro da Câmara dos Deputados, que se traga à tona todo esse procedimento.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

#### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Plauto, V. Exa. aborda um tema que já foi fruto de muitas discussões aqui nesta Casa, no passado, em função até do caso Raseria, e que agora o Brasil, como um todo, está assistindo, de uma forma estarrecida, os episódios acontecidos em Brasília, o que na minha concepção, é uma afronta ao estado de direito. O que se observa, na verdade, e o que se tem com objetivo maior, na minha visão, é que estão tentando colocar em descrédito as instituições brasileiras. No momento em que se grava, se grameia Ministros do Supremo Tribunal Federal, queira ou não queira, é um forma de colocar em dúvida determinadas posições até do próprio Supremo Tribunal Federal.

Portanto, acho que a ação do próprio Presidente Lula foi, de pronto, tomada e não deveria ter outro caminho a não ser esse, demitindo toda a equipe da ABIN que, na nossa concepção, realmente, neste momento, pairam dúvidas com relação ao comportamento dos seus Diretores, porque quem fazia isso com muita propriedade no passado, na verdade, era o regime militar, e estamos vivendo em um momento totalmente diferente, onde a democracia está, realmente, aflorando neste país, se consolidando, e não podemos permitir que as famílias, que os cidadãos, e principalmente as autoridades constituídas, sejam grameadas para servirem, na seqüência, como objetos de uso para achaques de malandros e criminosos que estão oficializando essa prática no país.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Obrigado.

Sr. Presidente, dando encaminhamento, quero aqui relatar uma informação, que os jornais do nosso país trazem, que quem estava no comando do ABIN era um ex-Diretor da Polícia Federal, que se chama Paulo Lacerda. Ele tinha o comando da ABIN desde o final do ano passado. E há rumores que esse ex-Diretor da Polícia Federal, o Paulo Lacerda, teria desavenças com o atual Chefe da Polícia Federal, o Sr. Luiz Fernando Correia, e que isso teria motivado a proliferação dos grampos telefônicos em todos os Poderes. Vejam a gravidade de tudo isso que estamos deixando registrado!

Espero que se esclareça todo esse procedimento que vem acontecendo em Brasília, dentro do Supremo Tribunal Federal e também nos demais Poderes constituídos do nosso país.

Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Próximo orador inscrito, Geraldo Cartário.

### ***Deputado Geraldo Cartário (PDT)***

#### **O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos estão me ligando, de diversas localidades do Paraná e do Brasil, sobre o atentado à nossa candidata à Prefeita da Fazenda Rio Grande. Após 35 anos de vida pública, disputando eleição após eleição, aconteceu o que jamais eu esperava, ou que eu podia imaginar. Quando nos preparávamos - inclusive, quero agradecer aqui o Deputado Luiz Carlos Martins - para iniciar a campanha na Fazenda Rio Grande, tínhamos previsto que seria em setembro, quando havíamos falado também com o Senador Osmar Dias, que se prontificou em marcar um dia para ir até lá. Ao mesmo tempo que tantos companheiros desta Casa, de diversos partidos, especialmente do PMDB, quase todos se prontificaram a fazer depoimentos a favor da minha filha, como outros partidos como o PT, enfim, partidos que não têm candidato próprio lá na cidade. Quando estávamos todos entusiasmados e motivados, domingo, às 10h e pouco da noite, recebi uma ligação em casa, de uma assessora da minha filha, chorando, gritando, que a minha filha tinha...

**(Se emociona e não consegue falar)**

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PDT***

#### **O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Permite-me um aparte, Deputado Cartário?

**(Assentimento)**

Imagino o que V. Exa. sente neste momento, como pai. Dizer também que não podemos aceitar, de forma nenhuma, que a disputa política parta para a agressão física. Infelizmente, sentimos isso há poucos dias, em outras cidade da região metropolitana. Agora, nas últimas horas, aqui em Fazenda Rio Grande, município que V. Exa. criou.

Ouvi a vossa entrevista de hoje na CBN, e naquele momento me coloquei no seu lugar, Deputado Cartário. Porque me lembro muito bem, quando V. Exa. ainda era Presidente da UVEPAR - União dos Vereadores do Paraná, por Imbituva, eu era Vereador na cidade de Marechal Cândido Rondon. Desde daquela época nos conhecemos e participamos de alguns encontros políticos de Vereadores, tive a felicidade e tenho o privilégio de conviver com V. Exa. como os demais Deputados aqui da Assembléia Legislativa por muitos anos.

Inicialmente juntos em 1990, aqui na Assembléia Legislativa, com V. Exa. ocupando uma cadeira e eu também. O que lamentamos profundamente é que as pessoas, muitas vezes, não conseguem diferenciar disputa política das agressões, o que é lamentável.

Espero que os culpados e os autores desse atentado sejam descobertos, o mais rapidamente, e punidos dentro do rigor da lei, porque a disputa política existe e faz parte da democracia, Deputado Cartário, mas agressões físicas não, e muito menos um atentado de morte.

Agradeço, Deputado Cartário, o aparte que V. Exa. me deu. Sou solidário com V. Exa., bem como com sua filha. Esperamos que daqui para frente à política fique apenas no campo ideológico e na disputa. A minha solidariedade, e a dor que V. Exa. sente, nós também sentimos, como homens públicos.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Agradeço o aparte de V. Exa. Concedo um aparte à Deputada Cida Borghetti.

#### A Sra. Cida Borghetti (PDT)

Gostaria, da mesma forma, de me manifestar, em nome do Partido Progressista e quero dizer, Deputado Cartário, que em 2000 fui candidata a Prefeita na cidade de Maringá, cidade que tenho a honra e o orgulho de representar nesta Casa de Leis, aonde tive o apoio maciço das mulheres, das famílias, das crianças, uma campanha maravilhosa.

Lembro-me que no primeiro debate fui para a TV, e junto com os demais candidatos disse o seguinte: a campanha passa e todos vamos permanecer na cidade. Os nossos filhos vão continuar estudando nas escolas, vamos conviver nos clubes, vamos continuar morando na mesma cidade, nas ruas, então é importante deixar consignado que na disputa política não existe adversário político. É importante que mude essa palavra para que realmente o processo democrático verdadeiro de mudança no nosso país, no nosso estado, possa sobressair dos nossos ideais, para provocar as mudanças necessárias na área política.

Quero dizer que como mãe que sou, entendo V. Exa. como pai, a dor que senti naquele momento e que sente agora, porque perguntei como a Tuca está e você, com dor no coração, apenas teve uma expressão de dor nos olhos, o sentimento que tomou conta de todos nós quando recebemos a notícia. O sentimento de tristeza em ver uma pessoa que, naquele momento, não soube conversar com a Tuca, mas soube, sim, se expressar através de tiros, nervosismo, uma ideologia desvairada, expressou portanto o seu ódio.

Então, fica aqui a nossa solidariedade, o nosso repúdio àquela iniciativa infeliz que atingiu a nossa querida Tuca. A nossa solidariedade à sua família e que ela possa se restabelecer e voltar à campanha.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Deputada Cida Borghetti falou muito bem: voltar como mãe, porque como política eu não vou mais deixar. Como política não dá.

Hoje recebi ligações de diversas pessoas, inclusive o Presidente desta Casa, Nelson Justus, que me dizia o seguinte: “Cartário, você tire a tua filha”. E o Zucchinho me falava o seguinte: “A tua filha é uma mulher, ela não pode entrar num bando que tem assassinos, que tem todo tipo de gente bandida, porque ela não foi treinada para o faroeste”. A Tuca, desde criança, estudou no colégio das irmãs, é católica praticante, formada em Direito, em Farmácia, Inglês, é mãe, tem três filhos. Estava disputando uma eleição normal. Mas, no domingo, quando recebi a notícia que ela estava chegando ao hospital da Fazenda Rio Grande, eu que lá na rádio critico muito esse hospital, fiquei preocupado e liguei para o Deputado Alysso, filho do Prefeito que está aqui presente, e falava para ele: “Alysso, corra para o hospital”. E ele assim o fez. Agradecemos.

Concedo aparte ao Deputado Durval Amaral.

#### O Sr. Durval Amaral (DEM)

Deputado Cartário, lhe conheço há muitos anos, sei da sua integridade, da sua combatividade, sua e de sua família. É lamentável que, em plena região metropolitana de Curitiba, em pleno sul do Brasil, no sul maravilha, tão falado, estejamos assistindo cenas tão grotescas, brutais e inexplicáveis como esta que aconteceu em fazenda Rio Grande e já aconteceu em Almirante Tamandaré e outros municípios aqui da região metropolitana.

É triste quando V. Exa., que durante toda uma vida luta pelas causas sociais, pela justiça social, que ensinou seus filhos desde pequenos com as mesmas bandeiras, com os mesmos ideais, e agora, de uma maneira covarde, de uma maneira brutal, de uma maneira inaceitável, tentam abater a sua filha. Entendo a sua dor e fica não só a minha solidariedade, mas a solidariedade da Assembléia Legislativa, a solidariedade de todos os Parlamentares, a solidariedade da sociedade paranaense com a sua dor. Eu vejo e sinto o quanto V. Exa. está abatido emocionalmente neste momento, e não poderia ser de forma diferente.

Nós que somos pais sabemos que podemos agüentar tudo, desde que a ofensa seja deferida contra o pai, mas nunca contra um filho ou filha. Isto realmente nos abate e nos desestabiliza e eu sei como V. Exa. se sente neste momento.

Mas fica, não o conforto, porque o conforto talvez somente Deus possa lhe dar, e o conforto de sua família, graças ao estado de saúde que sua filha está se recuperando, mas fica a nossa solidariedade, que V. Exa. não se abata e continue, e sua família, dignificando a vida pública do estado do Paraná com a sua atuação e espero, também, com a atuação de seus familiares.

Muito obrigado.

#### O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)



Eu também quero manifestar a minha solidariedade a V. Exa. Nós do PPS já passamos por uma situação parecida em Mariluz, em Almirante Tamandaré, tivemos pessoas que foram assassinadas num processo eleitoral, e eu imagino o que o senhor está passando, tendo não só uma companheira partidária, mas tendo uma filha envolvida numa situação tão trágica e tão triste.

Não podemos, de maneira alguma, permitir isto. Temos que cobrar também das autoridades o item Segurança, que estamos falando tanto, mas procurar buscar agora, numa situação destas, V. Exa. sei que está triste, mas sua filha está viva. Que Deus a abençoe e que ela possa continuar na campanha, porque entendemos que, às vezes, é difícil até as palavras para colocar para V. Exa. - sei o quanto o senhor está emocionado e triste - mas não pode desistir, porque se isso acontecer, aí aqueles que se utilizam desta prática covarde, eles vencem, e não é assim que nós queremos. Nós vivemos num país democrático, de respeito, e este tipo de gente, que tem este tipo de atitude, tem que ir para a cadeia.

Então, temos que dar o bom exemplo e V. Exa deve incentivar sua filha a continuar.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Quero também agradecer aos Deputados que ontem foram visitar minha filha, eu nem me encontrava, juntamente com o Governador Requião que lá esteve, e tenho certeza que a Polícia Civil do Paraná e a Polícia Militar haverão de descobrir. Mas nos preocupa, porque este ano tem sido um ano muito ruim para nós.

Este ano mataram o meu braço direito em Mandirituba, onde fui Prefeito, Vereador, mataram o Vereador Adão Carvalho. Esse Vereador trabalhava na rádio que minha filha também falava. Silenciaram o Adão e tentaram silenciar a minha filha.

O Adão, quando o corpo saiu do Instituto Médico Legal, coube numa caixa de sapato. Não satisfeito em matá-lo, eles o reduziram ao tamanho de uma caixa de sapatos, todo seu corpo. Isso aconteceu há oito meses, já falei aqui diversas vezes, o Luiz Carlos Martins tem falado também e não temos soluções!

Não posso arriscar a vida da minha filha para que ela continue. Como falou o Deputado Douglas, com muita propriedade, não podemos nos acovardar. Eu sei disso, nunca me acovardei, mais isso é quando sou eu. Agora que foi com a minha filha, vou ser sincero, me acovardei mesmo, não sou mais o que eu era!

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

#### O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Cartário, nosso tratamento regimental aqui é de V. Exa., me permita, vou chamá-lo de você, eu sei, mais do que ninguém, que seu coração está sangrando, conhecendo você como conheço, conhecendo a sua família, eu sei que seu coração sangra, mas não é de vingança, ele sangra de profundas reflexões, de profundos questionamentos.

Agora é preciso que meu amigo, Deputado Cartário, não esqueça que neste momento ele utiliza um instrumento que sempre utilizou na sua vida, democraticamente: a sua trincheira é essa tribuna, a sua trincheira é a cabeça erguida. Eu sei que é um momento difícil, o Paraná precisa muito do Deputado Cartário, os seus netos precisam muito do Deputado Cartário, seus filhos precisam muito de você!

Sei também, conheço a Tuca e poso falar sobre ela, a Tuca, na verdade sempre sonhou em ser Prefeita da Fazenda Rio Grande, desde pequena. Mais do que isso, a Tuca se preparou para ser Prefeita da Fazenda Rio Grande. A Tuca foi buscar conhecimentos onde ela não tinha para ser uma boa Prefeita, uma Prefeita que o povo da Fazenda tivesse orgulho. Ela se preparou, sim! Ela tinha esse sonho e você sabe disso. Você apenas disse: "Vai, minha filha, vai". E ela foi. De repente aconteceu tudo isso, uma emboscada covarde, que é preciso, acima de tudo, nós não, nós não temos este poder, mas temos o poder que o povo nos deu de cobrar e nós vamos cobrar: quem fez esta emboscada, Sr. Presidente? Quem mandou fazer essa emboscada contra uma sonhadora que queria ajudar a Fazenda Rio Grande? A Fazenda Rio Grande que você tanto ama, a Fazenda Rio Grande que não lhe pertence, mas você pertence à Fazenda. Você me dizia estes dias: "Estou equivocado, eu estava achando que a Fazenda era minha". Naquele momento pensei exatamente: não é sua, mas você é da Fazenda Rio Grande. Jamais vão tirar o seu nome da história da Fazenda Rio Grande e não é só da Fazenda Rio Grande, é de Mandirituba também. Não esqueça dessa missão.

Eu sei que você pode contar com todos nós, a solidariedade é muito grande, a Fazenda Rio Grande está consternada, a Fazenda Rio Grande está de luto, está enlutada! Eu penso, neste instante, Deputado Cartário, e é lá no Evangelho que vamos buscar o fortalecimento das nossas missões, a minha, a sua, a de todos nós, no caso da Tuca eu refletia sobre a viúva de Naim, uma passagem muito bonita da vida de Jesus, nós que somos cristãos. Uma viúva que só tinha um filho, ela perdeu o filho e, de repente, a cidade de Naim, morreu junto com aquele jovem, faleceu junto com aquele jovem, a cidade estava morta porque aquela viúva de Naim era uma mulher muito querida, era uma mulher que não tinha as portas fechadas, estavam sempre escancaradas, abertas, ela socorria a todos. Aquela cidade parada, aquela cidade enlutada, não querendo mais viver. De repente sai o féretro daquele jovem, Deputado Cartário, da viúva de Naim. Eis que lá na frente, o cortejo da morte vai, e sabe o que surge lá na frente, Deputado Cartário? Uma pequena caravana, pequenininha, de homens e mulheres, a caravana da vida, e à frente desta caravana está Jesus. É claro que ia chegar o momento que o cortejo da morte ia se encontrar com a caravana da vida. Houve esse encontro, Jesus já sabia do que se tratava, mas mesmo assim ele perguntou e

alguém disse: “Não, nós morremos junto com esse jovem, filho dessa senhora viúva, da cidade de Naim”. Ele não falou absolutamente nada, se aproximou do corpo do jovem e disse: “Levanta. Levanta.” Ele se levantou. A cidade toda de Naim se levantou com aquele jovem.

Tenho certeza que a Fazenda Rio Grande vai se levantar diante do que aconteceu na noite de domingo. Tenho absoluta certeza que a Fazenda Rio Grande vai ser melhor e esse ato covarde vai contribuir para isso. Não desista, Deputado Cartário, nós precisamos muito de você.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Vou conceder o aparte para o Deputado Nereu Moura, mas antes quero destacar a presença do candidato a Vice-Prefeito da Fazenda Rio Grande, Vice da minha folha, Aquiles, que já foi Vereador, também jovem nascido e criado na Fazenda Rio Grande. Seu bisavô já era da Fazenda Rio Grande e, surpreendentemente, ele também se encontra na mesma situação que estamos passando.

#### O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Cartário, ouvindo os meus colegas Parlamentares, ouvindo o pronunciamento de V. Exa., fiquei pensando. V. Exa. que foi Vereador, Prefeito, Deputado já no 5º mandato, uma pessoa matreira, experiente, de grande bagagem na vida pública, acompanhei de perto os passos de V. Exa., tenho o prazer e o privilégio de ser amigo de V. Exa. aqui nesta Casa e fora desta Casa. Tenho entendido que V. Exa. tem sido forte demais para superar os obstáculos que têm se colocado no caminho de V. Exa.

Relembro do início deste mandato, que V. Exa. lutou bravamente para poder ostentar o mandato que o povo lhe deu nas urnas. Lembro-me que na véspera da eleição para Deputado, V. Exa. estava aqui na Assembléia lutando para poder levar a sua candidatura até o fim. Eleito, lutou para poder exercer o mandato que o povo lhe confiou. Acompanhei a sua caminhada, Deputado Cartário, cada vez admiro mais V. Exa., é um amigo, uma pessoa leal, uma pessoa de palavra, um companheiro, um irmão. Tive o privilégio de conhecer V. Exa. aqui nesta Casa. Ontem soube do episódio, V. Exa. ainda no domingo à noite me telefonou pedindo algumas informações, uma hora antes desse lamentável episódio acontecer.

Por isso, quero prestar a minha solidariedade a V. Exa. e dizer que não são as minhas palavras que vão dar a V. Exa., na verdade, a decisão dos caminhos que vai percorrer, mas é sua longa folha de serviços prestados ao Paraná, criado e forjado na luta e no sofrimento, que eu sei, V. Exa. avançou, construiu, andou, conquistou espaço, mas sempre foi por méritos próprios: pela sua luta, pela sua coragem, pela sua fibra de homem de caráter e de personalidade. Assim como a sua filha, a Tuca, ontem no hospital, pudemos observar que mesmo com aquele impacto estava feliz, dizendo que nada iria atormentá-la. Parecia o Deputado Geraldo Cartário quando ressurgiu das cinzas, assim como a fênix.

Por isso minha solidariedade, e a decisão que V. Exa. tomar vai ter nosso amparo, nosso apoio, como um amigo sempre deve fazer com um amigo.

Muito obrigado.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço as palavras do Deputado Nereu Moura, nosso amigo, bastante amigo, companheiro que na verdade acompanhou nossa luta para a reeleição. Mas, Deputado Nereu Moura, estou consultando hoje o Tribunal Eleitoral, através da nossa assessoria, se há condições de eu ser o candidato a Prefeito. Porque nós sabemos que o pai é enterrado pelo filho, isto é normal da vida da gente. Meu filho, minha filha, estão preparados, como eu estou preparado para enterrar minha mãe. Agora, o inverso não se aceita. Quando por uma desgraça de um acidente, ou assassinato, o pai tem que enterrar a filha ou o filho, é realmente uma cicatriz, uma dor no coração que nunca se apaga. E eu estou vivendo os momentos de que eu poderia estar aqui falando, com a minha filha enterrada, porque segundo os médicos que lá estavam, dizem que foi por questão de centímetros. Se a bala que perfurou fosse um pouquinho mais para o outro lado, ela não teria condições de sobreviver.

Eu ainda estou naquele momento da notícia que eu recebi. Certamente que vou voltar ao normal, porque cheguei em casa e não verei meus netos sozinhos. Tenho uma neta de colo, um ano e seis meses. Certamente que começo a voltar ao normal. A lógica é esta e eu espero que isto aconteça.

O fato de retirar minha filha desta disputa é porque se foi encomendado, eu que já fui repórter também, quando alguém encomenda, se paga para que alguém mate alguém, mesmo que ele queira impedir que seja feito o serviço, o pistoleiro contratado não aceita. A imprensa tem divulgado isto. Esta é a minha preocupação. Se quando ainda não iniciamos a campanha na Fazenda Rio Grande já há interesse em afastá-la, imagine quando chegarmos ao final! Porque na eleição passada, o Deputado Alysson sabe disto, fez campanha na Fazenda Rio Grande nos últimos três dias e fui o mais votado. Muito bem votado! E na eleição de quatro anos atrás, quando o pai do Alysson era candidato, o candidato que eu apoiava estava com 4 ou 5 mil votos, quando faltavam três dias. Eu saí às ruas e ele pulou para 8 mil 500 votos.

Tenho - que recebi da conversa de um dos candidatos contra nós, mandei para a Justiça a gravação - alguém que ouviu esta conversa mandou um CD para mim. E eu mandei para a Justiça no dia 26 e só ontem o Promotor autorizou e deferiu a degravação. Se é um problema eleitoral, deveria ser em 24 horas e demorou uma semana, sendo talvez ainda pela repercussão que está tendo. Nessa fita, nessa reunião eles falam, entre outras coisas: “Olha, temos que ter cuidado com o Cartário, porque na eleição passada ele chegou aqui na última hora e acabou sendo o mais votado”. Aí, um outro fala: “É que ele é feiticeiro”.

Aí, um outro fala: “É, ele é feiticeiro, sim. Ele tem macumba na chácara dele”. Aí, uma outra voz fala o seguinte: “E a mulher dele é dona do centro de macumba”. Aí, uma outra voz, na conversação, falou: “Olha, eles participaram do crime em Matinhos.” Eles não entenderam que era em Guaratuba e está tudo gravado! E daí eles chegam e falam assim: “O Cartário, nos últimos dias, é um perigo, porque ele muda. Você viu que ele ganhou do Governador, ganhou de todo mundo?” Aí um outro fala: “É que ele mata crianças lá no centro de macumba dele.”

Essa gravação existe, de um candidato, da mesma forma que nessa gravação também tem, porque eu inovei um balão que coloquei nos comitês, onde aparece só o número 12. Esse balão tem um motorzinho e o pistoleiro deles - não sei de quem, mas de alguém que mandou - chegou e deu quatro tiros no balão e esse balão, ainda que perfurado, continuou, porque tem um motorzinho que vai enchendo e renova o ar, mas aí eles pegaram um facão e foram cortando todos os fios. E ainda nessa gravação se ouve quando eles falam: “Olha, foram quatro tiros”. E aí aparece uma grande risada. Essa gravação mandei para a Justiça no dia 26 e até agora não temos resultado nenhum, mas está gravado e nós encaminhamos.

Então, realmente, a pessoa que chega a dizer que o outro mata criança, é a mesma coisa que matar a própria pessoa, porque passa dos limites. Disputei eleições, por exemplo, com o Romanelli em alguns municípios, e não tive problema nenhum, assim como com o próprio Deputado Alysson, que nos encontrávamos à noite sem problema nenhum. Então, há um fanatismo que está entrando na política do Paraná e espero que seja só na Fazenda Rio Grande e Campina Grande do Sul. Em Campina Grande do Sul, o atentado ali procedido, o Prefeito, que não conheço, mas segundo a imprensa relatou, ele fugiu e o Rubens Bueno, um homem tarimbado, experiente político do Paraná, ficou deitado. Ora, as coisas estão acontecendo! Porque nós ouvimos falar: “Sequestraram a filha de um Deputado no Rio de Janeiro”. Bom, a minha não é do Rio de Janeiro, eu não sou Deputado do Rio de Janeiro, então é uma notícia. Mas, esse caso da filha não é uma notícia, mas um fato, que espero que vocês não passem. Esse é um fato, uma verdade, uma realidade que nos traz sérias preocupações!

Se a Justiça nos permitir, até por uma questão de justiça, deveriam me deixar ser candidato. Só tenho que agradecer a todo esse tempo em que estou vivendo aqui. Já passei da necessidade de viver aqui! Comigo não teria problema nenhum o atentado, mas contra uma mulher, uma jovem que tem três crianças, aí é demais!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado ao Deputado Geraldo Cartário.

Tenho certeza que os apartes aqui efetuados refletem a posição de todos os Parlamentares da Casa, daqueles que puderam fazer os apartes, daqueles que também

não tiveram essa oportunidade. Então, em nome desta Casa, no momento em que uso a Presidência, que represento o nosso Presidente Nelson Justus aqui, quero também dizer que esta Casa é solidária ao Deputado Geraldo Cartário, e esperamos que sejam apuradas todas as consequências e enfim se chegue a cabo essa investigação com relação a esse fato lamentável acontecido com a filha do Deputado Cartário, nossa colega candidata à Prefeitura daquele município.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

## ***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Usar da palavra depois do Deputado Cartário, numa situação de bastante emoção, é bastante difícil. Mas o assunto que quero trazer primeiramente é falar, eu recebi a nota aqui da assessoria de imprensa da Assembléia Legislativa dizendo que a Assembléia Legislativa acata a súmula que proíbe o nepotismo. Então quero manifestar aqui os meus parabéns à Direção da Assembléia, aos Deputados Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, as Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti e ao Deputado Durval Amaral, que na reunião da Direção da Casa, da Comissão Executiva, acatam a súmula que proíbe o nepotismo. Então, parabéns a todos os Deputados. Essa é uma luta de muito tempo. Respeito todas as pessoas, respeito os parentes dos Deputados, mas espero agora que esse exemplo que a Assembléia Legislativa está dando, cumprindo com o que determina a lei, que o Governador siga esse exemplo, que os Prefeitos sigam esse exemplo, não só aqui no Paraná como no Brasil inteiro.

Vimos aqui neste momento o Deputado Cartário falando da sua filha, que disputava uma eleição e que teve esse gravíssimo problema. Mas ela estava disputando a eleição, ela não era uma pessoa nomeada, ou às vezes, como muitos políticos fazem, se aproveitam do mandato público, que é dado pelo povo através do voto, para exagerar, colocando muito parente, às vezes, na Prefeitura. Tem muitos casos no Paraná e com isso a sociedade não concorda.

Outro assunto que quero pedir a atenção dos Deputados desta Casa é sobre aquele problema que já conversamos há algum tempo, chamado bulling. Deputado Marcelo Rangel, apresentamos um projeto aqui na Casa, o Projeto nº 612, foi no ano passado, e tratava do seguinte teor: que o Governo do Estado instituísse um programa no Paraná de combate ao bulling, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas do estado do Paraná. Para deixar mais uma vez claro o que é o bulling, são atitudes de violência física ou psicológica intencionais ou repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, praticadas por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o

objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima em relação ao desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Bom, por que estou pedindo apoio dos Deputados? Este projeto foi aprovado por todos Deputados desta Casa, mas o Governador Roberto Requião vetou. Tenho aqui a cópia deste veto e vamos, daqui a alguns dias, colocar este veto para ser apreciado nesta Casa.

Quero pedir o apoio de todos para derrubarmos este veto. O intuito do nosso projeto não é criar nenhuma despesa para o estado, e sim, melhorar a Educação, principalmente das crianças, preparando as pessoas. Quanto mais educarmos as crianças, talvez, atitudes como as que o Deputado Geraldo Cartário falou, possam não existir. Porque quem toma atitude de ficar atirando nos outros, não teve oportunidade de educação na sua casa, ou mesmo na escola, e que hoje agem irracionalmente, sem razão.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN***

Estou vendo aqui, num material que recebi que a Assembléia Legislativa de São Paulo aprova a lei de combate ao bullying. É de agosto deste ano. Obriga as escolas públicas a adotarem medidas preventivas contra o bullying. Aguardam que o Governador de São Paulo sancione esse projeto. Se ele sancionar, motiva mais a nós Deputados derrubarmos o veto do Governador Roberto Requião.

Tenho uma outra reportagem aqui, do dia 1º de setembro: “Jovem morre ao ser agredido em escola”. Todos devem ter acompanhado isso. Segundo os parentes, o motivo teria sido brincadeira por corte de cabelo. Isso é bullying. O jovem tinha 17 anos e morreu depois de ter sido agredido.

O nosso projeto é para as crianças pequenas. Porque um jovem, aparentemente, pode se defender. E uma criança de seis, sete anos?

O próprio projeto de São Paulo relata, não existe estudos no Brasil que tratam desse assunto. Mas, segundo informações, existem muitos casos de bullying no estado do Paraná e também no Brasil.

O Deputado Paulo Alexandre, lá de São Paulo, do PSDB, autor do projeto, diz aqui: “No Brasil não há números recentes sobre o assunto, mas aponta uma pesquisa feita em Portugal com 7 mil alunos e foi constatado que, um em cada cinco já foi vítima desse tipo de agressão. O estudo mostrou que os locais mais comuns de violência são os pátios de recreio, em 78% dos casos, seguido dos corredores”. Por vezes, é naquele momento de descontração, e que o professor não está próxima que, às vezes, os mais gordinhos sofrem mais, porque as outras crianças começam a intimidá-los e eles não têm um mecanismo de defesa.

Nosso projeto prevê e pede que o Governador institua programas nas escolas públicas para defender isso.

Veio uma resposta do Governo dizendo que tem a aula de sociologia e que nessa disciplina trata desse assunto, mas é uma disciplina. O que nós queremos é que todos os professores e funcionário das escolas participem de um programa do Governo de treinamento e preparação desses professores para poder combater o bullying nas escolas do estado do Paraná.

Olha outra reportagem aqui: “Escola do Distrito Federal pagará indenização de R\$ 3 mil à vítima de bullying.” Aí fala aqui: “Ele sofreu agressões de colegas e ficou com dificuldades de aprendizado. Segundo defensor público, mãe avisou a escola, mas nada teria sido feito.” Aqui está se falando de uma escola particular de Ceilândia, cidade próxima a Brasília, que foi condenada, no começo de agosto, a pagar indenização de R\$ 3 mil à mãe de um aluno vítima de bullying. De acordo com o defensor público Ruy Cruvinel, por inúmeras vezes a mãe comunicou à direção da escola que seu filho foi agredido por colegas, mas os ataques continuaram. Olha só: “Depois de apanhar por um ano, o menino de sete anos, que estava na 2ª série, ficou com medo de voltar à escola e teve dificuldades de aprendizado. Cabia ao colégio zelar, evitar e não se omitir nessas agressões reiteradas, já que elas foram comprovadas.” Aqui se condenou um colégio.

Queremos que o Governador se preocupe com isso. De repente, ele não quis aprovar nosso projeto, não quis transformá-lo em lei porque sou um Deputado de Oposição. Que esqueça isso, que pense nas crianças. Nossa idéia é ajudar o Governo para que crie um bom programa no estado do Paraná valorizando as crianças. Quem ganha com isso é o próprio Governador. Não precisa nem divulgar que o projeto é de um Deputado da Oposição. Aliás, não divulga mesmo, porque a lei é o Governador quem sanciona. Este projeto de lei vai ajudar, vai beneficiar o estado do Paraná. Vai beneficiar quem? As famílias, as crianças.

Ouçó, às vezes, Deputados discursarem e falarem que o Governador vai criar novas escolas, umas escolas referências em algumas regiões do estado que precisam, regiões que são consideradas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano, Deputada Luciana. Acho importante o Governador investir em estrutura de escola, em tijolo, em telha, em cimento, construir escolas. Ótimo! Quando se constrói uma escola, se prepara para não construir penitenciária lá na frente. Só que se o Governador criar um programa de combate ao bullying no estado do Paraná, já que não quer atender a nossa lei, que crie ele próprio um programa, na Secretaria da Educação, para todos os professores e funcionários, que vai valer muito mais do que construção de escolas, porque aí sim está cuidando das escolas que existem, dos alunos que existem e preparando, educando, capacitando, investindo naquilo que temos de maior patrimônio que são os alunos, as crianças, desde as crianças até os mais jovens, como se coloca casos aqui de 17 anos.

Vamos nos prevenir. Por enquanto estamos vendo as notícias lá do Distrito Federal e lá do Rio de Janeiro,

mas pode ser que aconteça aqui no Paraná. Então, antes de acontecer, vamos criar esse programa, pedir ao Governador, encarecidamente, que faça isso, porque vai estar beneficiando, com certeza, o estado do Paraná.

Como disse o Deputado Cartário, quando a notícia é do filho do Deputado lá do Rio de Janeiro, é só uma notícia. Agora, quando a notícia é do filho do Deputado aqui do Paraná, aí já é um fato e não queremos que isso venha trazer problemas do bullying aqui no Paraná, que venha para as notícias do estado do Paraná e se transforme em fatos.

Por isso, apresentamos esse projeto e pedimos que quando for para votarmos o veto, aqui, pedimos que todos os Deputados nos ajudem a derrubar esse veto. Não vai criar despesas para o Governo, pelo contrário, vai ajudar o Governo a se preocupar com o processo educacional. Se dizem que a Secretaria da Educação está indo bem, parabéns, mas pode melhorar com um projeto desses. Hoje, se leva nota 5, 6, pode levar nota 9.

É esse o nosso intuito: melhorar a Educação no estado do Paraná. Por isso apresentamos esse projeto e pedimos que os Deputados nos ajudem, depois, a derrubar o veto.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção, Srs. Deputados, passo a ler o Expediente, o ofício encaminhado pelo Sr. Procurador Geral, Dr. Ayrton Costa Loyola, ao Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, discutido hoje na Mesa Executiva e cujo despacho deve ser fruto da decisão de todos os Parlamentares desta Casa.

(Lê):

“PROCURADORIA-GERAL

Ofício nº 029/08-PG

Curitiba, em 01/09/08.

*I - Protocole-se*

*II - Determino ao Sr. Diretor Geral que dê ciência aos Srs. Parlamentares e a Administração da Casa para providências cabíveis.*

*Em, 01/09/08.*

*(a) NELSON JUSTUS*

*Presidente*

Senhor Presidente:

Cumpr-me comunicar a V. Exa. que no dia 29 do mês em curso foi publicada, no Diário da Justiça Eletrônico da União nº 162/08, a Súmula Vinculante nº 013 do Supremo Tribunal Federal (STF), cópia da publicação em anexo, a seguir transcrita, *in verbis*:

*A nomeação cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios viola a Constituição Federal.*

O entendimento pacificado da Corte Suprema, a partir da publicação da súmula, é o de que as autoridades não podem contratar parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou por afinidade, que englobam filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, sogro e sogra, genro e nora, cunhado e cunhada.

Ainda, a 13ª Súmula do STF, proíbe até o nepotismo cruzado ou o transnepotismo, aquele em que um agente público contrata para seu gabinete o parente de um colega e vice-versa.

Permito-me, com a devida vênia e sob censura, ponderar a V. Exa. que deve ser dada ciência da referida Súmula Vinculante nº 013, do STF, aos nobres Deputados e à Administração desta Casa de Leis, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

(a) **AYRTON COSTA LOYOLA**

Procurador Geral”

## ***Grande Expediente:***

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

## ***Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMENALLI

Sr. Presidente, quero iniciar parabenizando a decisão da Mesa Diretora desta Casa, porque embora saibamos que a súmula vinculante tem como destinatário o Poder Judiciário, entendo que a decisão da Mesa de poder aplicar o que é a inteligência da súmula vinculante de forma administrativa é, indiscutivelmente, um ato de economia processual, porque certamente poderá simplificar, para que não nos prolonguemos aqui em uma discussão, muitas vezes desnecessária.

Acho que a Mesa Executiva desta Casa está de parabéns, como também o Presidente Nelson Justus, o 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, além da Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária e os demais Membros. Porque o Presidente Nelson Justus e V. Exa. como Vice-Presidente desta Casa, melhor do que eu, sabem quem toma todas as decisões de forma colegiada, exercendo de forma democrática o poder dentro desta Casa.

Manifestar desde logo a minha profunda, irrestrita e absoluta solidariedade ao Deputado Geraldo Cartário e a sua filha. Dizer a V. Exa. que fico apavorado, quando vejo uma situação igual a essa que vivenciamos. É impensável. Como V. Exa. sabe o Governador Requião determinou, tão logo soube do ocorrido, providências enérgicas e urgentes. O próprio Secretário da Segurança Pública pessoalmente está empenhado nisso. Temos além do Delegado titular do município da Fazenda Rio Grande, outras equipes que trabalham para desvendar o mais rapidamente possível o cometimento desse crime, que é muito grave.

Sr. Presidente, ocupo à tribuna nesta tarde da Assembléia Legislativa, para poder falar de um tema, que lamentavelmente temos muitas vezes por conta de uma certa irresponsabilidade, de outras tantas vezes pela má-fé e seguramente em alguns casos - estou falando exclusivamente da Assembléia Legislativa - do desconhecimento de alguns Parlamentares que vão à tribuna para abordar temas, dos quais infelizmente não se preparam para poder debater. Não estou dizendo que os Parlamentares são despreparados. Entendo que muitas vezes, lêem as colunas dos jornais e com essas na mão acabam falando coisas ou reproduzindo inverdades acerca da Administração Pública.

Venho aqui hoje para desmentir de forma pública aquilo que foi noticiado tanto nessa Casa, quanto fora, em relação ao pagamento de precatórios pela APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Este relatório, que tenho em mãos, demonstra que a APPA nunca pagou precatórios emitidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Muito menos desobedeceu qualquer ordem cronológica de qualquer natureza. Com relação aos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho demonstra, que entendimentos diversos do Juiz do Trabalho é que não tem acatado o critério cronológico, de obedecer à ordem do pagamento e, sim, processo a processo. Ora com arrestos nas contas bancárias da APPA. Ora com ofícios requisitórios, que são os chamados precatórios.

É muito difícil para uma autoridade ver lançada sobre ela por terceiros, dúvida sobre a sua probidade. Isso é dolorido, principalmente, quando se cumpre a lei. Vou fazer chegar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma cópia deste relatório, para que cada um possa formar o seu juízo de valor. De 1998 a 2000, foram pagos a título de precatórios comuns R\$ 4 milhões e 289 mil, acordos esses vergonhosos assinados pelos ex-dirigentes da APPA, Osíris Stênio Guimarães e Álvaro Rodrigues, sem que tenhamos até o presente oficiados com pedidos de informações, esses pagamentos, pelo Tribunal de Contas à Direção da APPA.

Esses documentos estão muito bem detalhados nesse relatório. E mais, esse caso é mais suspeito ainda porque o acordo extrajudicial não foi levado ao conhecimento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e muito menos por ele homologado.

A verdade é a seguinte: como V. Exas. sabem, há decisões contraditórias da Justiça do Trabalho, por conta de uma orientação jurisprudencial, a de nº 087, que equipara a APPA, que é uma autarquia estadual, uma pessoa jurídica de direito público a uma pessoa jurídica de direito privado. Ou seja, a uma sociedade de economia mista. Quem tem feito isso? O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e o Tribunal Superior do Trabalho.

Apenas recentemente o STF começou a ganhar força e até por conta de uma decisão do Presidente do STF, o Ministro Gilmar Mendes, ele retomou o tratamento constitucional legalmente reconhecido aos entes públicos. O pagamento através de precatório.

O fato é que a decisão do STF, que foi publicada no dia 29/05/07, firma o entendimento que as recursões contra a APPA devem seguir o regime de precatório, o qual declara que não incide o artigo 173, parágrafo 1º da Constituição Federal. O Tribunal Superior do Trabalho ainda mantém o entendimento pelo pagamento direto, ou seja, não via precatório. Isso acaba justamente furando a ordem de pagamento, que deveria ser obedecida que consta no orçamento público, que a Casa aqui votou e que legalmente é o que tem que ser pago.

O fato concreto é que essa decisão do TST, com base numa orientação jurisprudencial, ainda não tem um calor de uma súmula, mas já é adotada porque são decisões de turma daquele Tribunal, faz com que o passivo trabalhista, herdado das administrações anteriores da APPA, atualmente encontra-se em fase de execução, porém as decisões já transitadas e julgadas das quais não cabem mais recursos, exatamente do período em que o tratamento de autarquia é de uma empresa privada, salvo raras exceções.

Diante desses entendimentos jurídicos divergentes, originaram-se na APPA procedimentos diversos, cada determinação judicial específica, ou o pagamento direto, ou através de precatório requisitório. O pagamento via precatório é o mais correto, visto que o princípio do tratamento isonômico é o que prevalece, sendo pagos os créditos em razão da sua ordem de inscrição. É a lógica do regime republicano em que vivemos.

A APPA, na sua área financeira, estabeleceu novos controles em relação a monitorar os arrestos trabalhistas. E a atual diretoria administrativa da APPA, em convênio com o Banco do Brasil, passou a contar a partir do dia 22/06/07, com acessos eletrônicos ao sistema de depósitos judiciais daquele Banco, que passou a permitir o acesso à movimentação de valores financeiros depositados em cada reclamatória trabalhista, que montam na data de hoje em R\$ 66 milhões, 348 mil, que estão depositados no Banco do Brasil. Para garantir o quê? As execuções trabalhistas. Muito bem, o que permite, com segurança, comprovar que é o Juiz do Trabalho que tem desobedecido qualquer cronologia na liquidação de ofícios requisitórios do TRT, passando a tratá-los sob a ótica de processo por processo. Podemos citar aqui exemplos de casos concretos, mas tem um caso que emblematicamente foi muito debatido pela grande mídia, que é o caso Pedro Martins, na Reclamatória nº 100, de 1991. Deputado Elio Rusch, gostaria que V. Exa., Líder da Oposição, prestasse atenção a este tema. Foi depositada em garantia ao juízo, por determinação judicial, em abril de 1998, através do cheque administrativo da APPA, o valor de 262 mil. Ocorre que em 18/06/04, por meio de Ofício Requisitório nº 194, a APPA foi intimada a incluir no seu orçamento para pagamento, via precatório, o valor de R\$ 423 mil.

Veja V. Exa., já havia sido feito um depósito de 262 mil, via cheque administrativo, procedimento esse que seria o correto, devido à forma de execução determinada

nos autos. Porém, surpreendentemente, no dia 13/03/06, o Juiz do Trabalho não determinou a restituição dos valores, devidamente corrigidos, conforme requerido pela Procuradoria Jurídica da APPA, e em uma decisão, no mínimo, heterodoxa, converteu esse valor para a liquidação do ofício requisitório citado anteriormente, subvertendo-se a ordem cronológica de pagamento do TRT.

Portanto, tais fatos comprovam que não é esta a administração que desrespeita a administração da APPA, que desrespeita a cronologia dos ofícios requisitórios do TRT do estado do Paraná, mas sim o próprio juízo monocrático, que além disso, ao revés do entendimento do STF, determinou que a forma de execução se procedesse de maneira direta à dita penhora, na boca do caixa, mesmo sabedores de que a APPA é autarquia estadual e faz jus aos benefícios do ente público, o que consideramos violação ao princípio da isonomia, tratando desigualmente os iguais.

No orçamento de 2008, por determinação judicial, a APPA passou a detalhar cada processo, uma vez que somente agora está disponível no sistema público tela específica para tal procedimento, dirimindo assim qualquer questionamento.

E aqui há dos precatórios, os ofícios requisitórios, uma relação deles, que devidamente os valores foram depositados na Vara do Trabalho de Paranaguá em 30/06/07, a título de penhora judicial trabalhista, em cumprimento ao previsto na lei orçamentária de 2008. A APPA tomou a providência legalmente cabível, de acordo com o que está público.

Ora, Exas., o que tem acontecido? A administração pública faz o empenho, faz o depósito, e é esta ordem que tem que ser respeitada, mas temos tido uma subversão desse processo por conta das decisões monocráticas do juízo trabalhista monocrático, que atravessa, Deputado Elio Rusch, a decisão. Não é a APPA que paga antecipadamente ou que subverte a ordem cronológica. Quem tem tomado estas decisões é a Justiça do Trabalho.

Muito bem, onde quero chegar? O relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em relação às contas do estado de 2007, e a menção à APPA, diz aqui o Superintendente dos Portos, Secretário Eduardo Requião - a citação da APPA no referido relatório é, no mínimo, suspeita, como demonstraremos a seguir, em detalhes, pois nunca essa administração foi questionada pelo Tribunal de Contas do Estado e suas inspetorias sobre este fato e tampouco das metodologias contábeis que utiliza para o tema...

**(término do tempo)**

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

...demonstra também que nem a Secretaria de Estado dos Transportes, à qual a APPA está vinculada, questionou, a qualquer tempo, sobre o tema. Ora é praxe contábil e financeira, há décadas, a utilização do CIAF da

Secretaria da Fazenda, à qual a APPA está subordinada, com amplos acessos por parte da contabilidade geral do estado e das inspetorias do controle externo, ou seja, há anos vem se trabalhando nesse tema.

A notícia veiculada pela mídia originou-se de informações emanadas do TCE, em especial do seu relatório sobre as contas do estado do Paraná, exercício 2007, sendo Relator o Conselheiro Heinz Herwig, nas páginas 117 e 118, quando aborda a letra “a” do item 2.4 Precatórios. Na verdade, o valor citado no relatório, de 11,4 milhões, corresponde à somatória dos arrestos judiciais em ações trabalhistas, conforme já anteriormente informado no Ofício nº 045/08, datado do dia 09 de julho de 2008 à diretoria administrativa financeira da APPA, endereço ao Coordenador da Administração Financeira do Estado, da CAF, em resposta ao Ofício nº 337/08 daquela coordenadoria, que desmente a citação do relatório acima reproduzido.

Exas., chega-se na verdade à conclusão que sobre este tema nos parece de má-fé ou incompetência técnica por parte do responsável pela colheita das informações citadas no relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício 2007, uma vez que os arrestos judiciais bancários não poderiam jamais ser entendidos como precatórios requisitórios. O senhor entende, Deputado Elio Rusch? A coisa são os arrestos judiciais feitos, ou seja, diretamente na conta se saca o dinheiro e se vincula ao pagamento determinado da reclamatória trabalhista. Quer dizer, se confunde duas formas de pagamento do estado: aquela que é havida diretamente do depósito judicial, ou da conta da APPA, ou então dos chamados ofícios requisitórios, precatórios requisitórios, embora os dois contabilizados da mesma dotação orçamentária.

Na verdade é o seguinte: o que considero leviano aqui no relatório elaborado pela APPA? A citação da existência desse sistema de controle precatório a par do restante do estado, pois já era do conhecimento da Secretaria da Fazenda e demais órgãos que inexistia tal sistema. Isso caracteriza má-fé ao levantar suspeição sobre técnicos e procedimentos largamente fiscalizados e auditados, há anos, pelo TCE do Paraná, o qual nunca os desaprovou!

Quer dizer, por outro lado, é evidente que existem alguns interesses estranhos à boa gestão financeira da APPA, lançar dúvidas sobre a legalidade de procedimentos, até para poder encobrir atos escusos como vou passar a relatar aqui e gostaria que, naturalmente, o que vou citar, certamente com a TV SINAL as pessoas que vão ser citadas aqui podem explicar a esta Casa e à opinião pública esse tema e aqueles todos que questionam. Tais fatos ficaram escondidos esses anos todos e trazidos à luz pela atual diretoria administrativa financeira que, atendendo determinação da Superintendência, está promovendo profundas auditorias contábeis e financeiras sobre o tema precatórios. O que eles apuraram? Apuraram operações suspeitas no pagamento R\$ 4.289.256,16, a título de precatórios inscritos no Tribunal de Justiça até hoje, cujos valores foram sacados na boca do caixa, quando na

realidade deveria ter sido respeitada a ordem de inscrição dos precatórios, fato ocorrido na administração anterior, nos anos de 1998 a 2000, firmados pelos ex-dirigentes, Ozires Stenguel Guimarães, Superintendente, e seu Diretor Administrativo-Financeiro à época, Álvaro Rodrigues. O mais grave é que se constatou uma série de inconsistências, ou seja, processos ainda inscritos no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mas pagos no período de 1998 a 2000, pois realizados fora das respectivas Varas, diretamente dos beneficiários detentores desses créditos, conforme documentação que segue anexo desse relatório.

Vejam os casos que ainda constam no sistema TJ Paraná, que foram pagos desrespeitando a ordem cronológica dos precatórios nos anos de 1998 a 2000. São beneficiários: ALSO - Alginato de Sódio Indústria Química Ltda., com o valor original de 378 mil, para 521 mil pagos em 1998.

Hipermodal S/A Transportes, valor de 44 mil, original, e pagos 137 em 1999.

Locamaq Serviços Rodoviários Local Ltda., sucursal de LOCAR LTDA., valor original inscrito de 1 milhão e 889 mil, que foi acordado em 05 de junho de 1998, para o valor majorado de R\$ 2 milhões, 549 mil, 667, pagos no decorrer de 1998 a 2000, R\$ 2 milhões e 620 mil, com acréscimos em encargos financeiros.

Arcos Companhia de Seguros, valor original inscrito de 673 mil e pagos 1 milhão e 9 mil, em 2000.

Assim, verificamos que pelas diligências realizadas pela atual administração, somente devem estar pendentes no Tribunal de Justiça do Paraná, os precatórios a seguir: Luiz José Congença e outros, Kurchner Braga Cons. Jur. Ltda., Itaúba Com. Exp. e Manuf. Ltda., valores pequenos de 89, 58 e 62 mil.

Na verdade, o que se consta à lisura dos procedimentos adotados pela APPA em relação à questão do pagamento dos precatórios e que ela não criou nenhum sistema paralelo de controle, muito menos fez, ela pagou qualquer precatório emitido pelo Tribunal de Justiça e, muito menos desobedeceu à ordem cronológica. Estão, única e exclusivamente, se submetendo às decisões da Justiça Trabalhista, até por força das decisões judiciais diretamente da boca do caixa do pagamento direto.

O tema, na verdade, é extremamente grave, porque se lançam nas colunas e nos blogs as suspeitas e, quando vai se verificar, se verifica justamente a lisura da gestão da APPA. Mais que isso, a forma com que as questões têm sido conduzidas, demonstra claramente que continua em vigor ainda uma decisão no mínimo questionável, que lamentavelmente o TST, o TRT, onde predominam o entendimento pelo pagamento indireto e que efetivamente decisões que, na verdade, deveriam ter sido modificadas por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a APPA como um ente da repartição pública estadual, uma autarquia estadual, pessoa jurídica do direito do povo que goza como um estado, como um todo a favor do princípio do interesse público.

Por isso, quero dizer as V. Exas. que esta Casa podia bem investigar por que é que a administração anterior pagou R\$ 4 milhões 289 mil em acordos extrajudiciais, não homologou no TJ e até hoje nenhum questionamento, Deputada Luciana, foi feito sobre esses pagamentos. Nem pelo Tribunal de Contas do Estado e nem por ninguém. É muito grave se lançar suspeita sobre a honra alheia quando, na verdade, se têm tantas irregularidades. Ao final e ao cabo desse trabalho, teremos publicamente todos esses levantamentos e vamos, de fato, fazer valer aquela máxima: “É só pisar no rabo do gato para ver aonde ele mia.” A gente tem cada surpresa, porque tem cada gato de pelo liso e rabo felpudo, miando em cada lugar inusitado!

Entendo e vou encaminhar a cada um dos Parlamentares, especialmente à Liderança da Oposição, cópia deste relatório, porque entendo que os Parlamentares desta Casa não podem, de forma leviana, reproduzir aquilo que os blogs, as notas dizem. Aqui há homens e mulheres responsáveis, preparados, inteligentes e que devem pensar e ler antes de se pronunciar, porque a honra alheia é que é atingida. E nós estamos falando de pessoas honradas, que trabalham a favor do interesse público.

Era isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Agradeço a paciência de todos os que me ouviram. Sei que não é um tema simples de ser abordado. Ele é árido. Mas, agradeço a todos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

O Deputado Luiz Claudio Romanelli também poderia me auxiliar, porque estou com uma dúvida. Segundo o Decreto nº 3308, do dia 25, aconteceu a nomeação de Eduardo Requião de Mello e Silva para o cargo de Secretário Especial...

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Deputado Marcelo Rangel, qual é a questão de ordem?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Gostaria de saber por que este Decreto nº 3308 tem um outro decreto que torna sem efeito? Portanto, gostaria de saber se ele é Superintendente ou Secretário Especial.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

V. Exa. teria que ter pedido um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que acredito teria concedido prazerosamente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Mas, a Mesa não pode me comunicar? Porque existem dois decretos.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Se V. Exa. encaminhar uma solicitação de informação, a Mesa pode lhe responder.



O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Farei um pedido.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia atentamente o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando ele procurou fazer a defesa da administração da APPA, ou seja, da administração dos portos de Paranaguá e Antonina, no que diz respeito aos precatórios.

Primeiro, quero dizer ao Deputado Luiz Claudio Romanelli que nenhum Deputado, acredito, que vem usar a tribuna, faça uma acusação leviana para qualquer Deputado ou mesmo à administração pública. Quando os Deputados questionaram a questão dos precatórios do porto de Paranaguá, levaram em consideração, acredito, o relatório feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Ninguém, com toda honestidade, Deputado Luiz Claudio Romanelli, pode acusar qualquer Parlamentar que tem usado blogs ou colunistas da imprensa do estado do Paraná para falar, para atingir qualquer administrador, muito menos de forma leviana, como disse o Líder do Governo.

Ora! Alguns Deputados já levaram a questão dos precatórios do porto de Paranaguá, que foi constatado e levantado no relatório do Tribunal de Contas, que foi um os itens que foi ressaltado pelo Relator, embora a conta de 2007 tenha sido aprovada, do Executivo Estadual, mas com ressalvas. Entre essas ressalvas se faz menção aos precatórios do porto de Paranaguá, bem como se fez também a ressalva que o Governo do Estado não havia cumprido os 12% com a área da Saúde. No mesmo relatório, que acredito que a imprensa do Paraná e os colunistas dos mais diversos jornais do nosso estado se valeram, o relatório do Tribunal de Contas, esse mesmo relatório disse que o Governo do Estado tinha uma dívida com a SANE-PAR chegando a R\$ 14 milhões, com a COPEL chegando a R\$ 10 milhões e com a telefonia e a transmissão de dados em R\$ 24,9 milhões. Acredito que nenhum dos colunistas e nenhum dos Parlamentares que levantavam essa questão aqui na Assembléia, o fizeram de forma leviana, mas pelo contrário, porque estiveram respaldados pelo Tribunal de Contas, que fez o seu relatório, que foi aprovado por unanimidade por aquela Corte.

Então, não posso aceitar, como Deputado e muito menos como Líder da Oposição em exercício, que o Líder do Governo use a tribuna e diga que os Deputados, de forma leviana, usam e abusam de determinadas pessoas

do Governo. Não posso aceitar isso, porque isso faz parte do relatório do Tribunal de Contas! Aliás, a APPA - nada contra a pessoa do Sr. Eduardo Requião - a administração do porto de Paranaguá deixa a desejar, sim, e em muitos aspectos! Se não fosse isso, não teríamos o problema do calado no canal da Galheta; Se não fosse o problema da administração da APPA, não teríamos o problema da iluminação; se não fosse o problema na administração da APPA, não teríamos as multas que são aplicadas ao porto de Paranaguá.

Então, como Deputado, não posso conceber que o Líder do Governo use a tribuna e diga que a APPA está sendo muito bem administrada. Ora, lemos também na imprensa e tomamos conhecimento que se o porto de Paranaguá não sofrer algumas mudanças na sua administração, vamos ter prejuízos muito maiores ainda do que aqueles que tivemos até agora. Quer dizer, quando se fala que o porto de Paranaguá exporta bilhões e bilhões de reais e que crescem as exportações do porto de Paranaguá, não podemos esquecer que o grande responsável pelas exportações do porto de Paranaguá, além de ser o melhor porto das Américas e talvez o melhor porto do mundo na exportação de grãos e até na importação de fertilizantes, mas o que se exporta muito pelo porto de Paranaguá é o setor automotivo. Quer dizer, as indústrias que se estabeleceram no estado do Paraná e que foram combatidas pelo atual Governo, quando ele era Senador, combatido quando o Governo anterior deu os incentivos para as indústrias se estabelecerem no nosso estado. Quer dizer, se o porto de Paranaguá é o que é hoje, deve exatamente às administrações passadas.

Agora, o Deputado Romanelli também levantou a questão de 1998 a 2000, quando Osires Guimarães era o Superintendente dos Portos. Olha, com todo respeito, conheço o Osires Guimarães e quando ele era o Superintendente do Porto, o Secretário dos Transportes, se não me falha a memória, é o hoje Presidente, Deputado Nelson Justus. Agora, vou levantar essa questão que V. Exa. levanta! Não existe nada hoje que, no meu conhecimento, possa desabonar a conduta de um homem público que tem a vida inteira dedicada em favor da administração pública, que é o caso do Osires Guimarães. Agora, aquilo que o Deputado Romanelli levanta da tribuna em relação aos precatórios da época do Governo passado, quando o Secretário dos Transportes era o Deputado Nelson Justus e o Osires Guimarães era o Superintendente dos Portos, da APPA, vamos levantar essa questão sim!

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: a APPA é uma autarquia que está vinculada à Secretaria dos Transportes, mas ela tem autonomia. Então, veja só, as decisões dos Superintendentes da APPA. Não envolva, por favor, o Secretário dos Transportes nisso, muito menos o nosso Presidente Nelson Justus. Por favor.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O Superintendente dos Portos de Paranaguá, da APPA, está subordinado à Secretaria dos Transportes, sempre foi, a não ser que o atual Governo, agora com essa mudança da Superintendência com a Secretaria Especial talvez tenha desvinculado, mas para desvincular precisa de uma lei da Assembléia Legislativa. Dentro do organograma do Governo do Estado, só se eu estiver enganado, se eu estiver errado gostaria que me corrigissem, mas no organograma administrativo do Governo do Estado, a APPA está subordinada à Secretaria dos Transportes, e eu sei que o Osires Guimarães é um administrador, ele tem o maior respeito deste Parlamentar, como acredito da grande maioria dos Parlamentares daqui da Assembléia Legislativa. Mas dizer que hoje que o porto de Paranaguá está bem administrado, eu lamento, mas discordo de V. Exa.

Agora, em relação ainda aos precatórios, ora, se for falar de precatórios do porto de Paranaguá, não fomos nós que levantamos. Quem levantou e quem constatou foi o Tribunal de Contas. Nós apenas, aqui na tribuna, eu, como outros Parlamentares, levantamos essa questão. Agora, tenho levantado, sim, a questão dos precatórios que o Governo do Estado tem usado para fazer a compensação das dívidas de empresas em relação ao ICMS, que essa resposta nós recebemos, que foram R\$ 232 milhões, e desses R\$ 232 milhões, 25% são dos municípios, 58 milhões são dos municípios que o Governo do Estado não repassou.

Sobre esse assunto vamos nos manifestar novamente, porque encaminhamos à Associação dos Municípios do Paraná, bem como ao Ministério Público, para ver se estamos certos ou errados, porque fizemos um pedido de informações, a Secretaria da Fazenda nos respondeu dizendo que houve a compensação financeira nos últimos anos, ou seja, no atual Governo, num montante de R\$ 232 milhões e nada foi repassado para os municípios; enquanto que a lei federal, a Lei Complementar nº 063 está clara: no momento em que haja compensação, imediatamente tem que ser feito o depósito, mas no ato, Deputado Belinati, no ato o Governo do Estado deveria depositar os 25% que cabe a cada município no estado do Paraná.

Seriam essas as considerações que eu gostaria de fazer em relação ao pronunciamento feito pelo eminente Líder do Governo, a quem nós respeitamos como Parlamentar, mas sei que tem uma tarefa muito difícil: a de defender o Governo do Estado numa situação em que se encontra atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo.

Deputado Romanelli vai fazer uso do Horário da Liderança?

## ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, não vou fazer uso do Horário da Liderança, só vou responder o seguinte, muito pontualmente o seguinte: entendo que a Oposição tem o dever e o direito de poder aqui manifestar a sua opinião e fazer a crítica, mas quero dizer que fui responsável quando fui para a tribuna e eu disse, de forma muito objetiva, o que está acontecendo em relação aos precatórios. A gestão da APPA é uma gestão correta, e isso incomoda muita gente, eu sei disso. Agora, por outro lado, é o seguinte: não é com pequenos factóides aqui que vai se modificar a realidade.

Estou usando o horário da Liderança do Governo, Deputado Rangel, o senhor quer um aparte e eu concedo se V. Exa. quiser, mas ainda esta Casa tem o Regimento e o Presidente da Casa está cumprindo o Regimento. Então, sei que muitas vezes alguns Parlamentares do PPS querem me calar, mas eu ainda tenho o direito regimental de poder usar a palavra aqui, e uso sempre em defesa de um Governo austero, de gente que trabalha sério.

É isso, Sr. Presidente.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 029/08-PG, subscrito pelo Sr. Procurador Geral desta Casa de Leis, constante do expediente, comunicando que no dia 29 do mês em curso, foi publicada, no Diário da Justiça Eletrônico da União, nº 162/08, a Súmula Vinculante nº 013, do Supremo Tribunal Federal (STF), cópia da publicação em anexo, a seguir transcrita. **Determino ao Sr. Diretor Geral que dê ciência aos Srs. Parlamentares e a Administração da Casa, para providências cabíveis.**

Indicação nº 209/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Santa Isabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 210/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de melhoria na pavimentação asfáltica do trecho de Loanda ao trevo de Nova Londrina/Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 211/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, estudos e providências para a construção de ciclovia às margens da rodovia PR-182, que liga Loanda a Santa Isabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 212/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola-modelo, no município de Querência do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 213/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola-modelo, no município de Paranaíba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria de Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria de Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2311, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, solicitando licença para tratar de assuntos particulares, no período de 08/09 ao dia 05/10/08. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2331, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando licença para tratar de assuntos particulares, a partir do dia 15 a 30/09/08. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2313, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 27/08/08, devido a reunião na Prefeitura Municipal de Curitiba, para tratar de assuntos de interesse da comunidade do Tatuquara. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2332, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário nos dias 01 e 03/09/08, face a compromissos parlamentares previamente agendados em sua região de atuação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública estadual a PROVOPAR - Programa de

Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 313/08, que estabelece as delimitações das circunscrições imobiliárias da comarca de entrância final de Maringá. COM PARECERES DA CCJ E CCF. COM EMENDA DA CCJ.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 239/08**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 239/08, em análise, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, estabelece as delimitações das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de entrância final de Maringá.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável na forma de emenda supressiva.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, conclui que o projeto tem por finalidade proporcionar uma redistribuição mais justa entre os quatro registros de imóveis daquela comarca, cujo remanejamento obteve manifestação favorável da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça, tendo por base estudo realizado sob a Coordenação do Exmo. Juiz de Direito da Vara da Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de entrância final de Maringá.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação, na forma do parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02/09/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 239/08

Acrescenta o artigo 3º, ao Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e renumera os seguintes, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Fica autorizado o Poder Judiciário, a partir de 2009, a efetuar a cada dois anos, a reavaliação e readequação de todas as Circunscrições imobiliárias do estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 02/09/08.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamiento:

Edson Strapasson, Péricles de Mello, Luciana Rafagnin, Dobrandino da Silva e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Periodicamente são requeridas alterações de Delimitação Territorial das Circunscrições Imobiliárias de Comarca, tendo em vista aumento de demanda maior de umas em relação às outras em função do crescimento desigual das cidades. Tal processo acaba sendo moroso, provocando até seu final, maiores disparidades.

Porém, havendo readequação periódica das divisões, será garantida a equidade entre os serviços de Registro de Imóveis, sem privilegiar nenhum deles e excluindo a necessidade de pleitear individualmente tal reavaliação.

**O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 430/08, que cria e transforma cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça. COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 288/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem como escopo a transformação de 217 cargos vagos do Quadro efetivo de Pessoal em 84 cargos outros cargos efetivos.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente, no tocante ao impacto financeiro à Luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face a Lei supracitada, visto que é acompanhado de planilha de custo, indicando que as eventuais despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do próprio Tribunal de Justiça.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parece favorável.

Sala das Comissões, em 02/09/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/08, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lua Nova com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Para encaminhar o Deputado Marcelo Rangel. Percebo que V. Exa. é autor também do projeto que consta no item 07 da pauta. Irá fazer o encaminhamento dos dois projetos?

**1ª Discussão**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 802/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento do prestador de serviços públicos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 147/07, de 13/11/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 802/07

P A R E C E R :

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 802/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento do prestador de serviços públicos.

**Fundamentação**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, não foi encontrado nenhum óbice de natureza legal ou constitucional, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do nobre Deputado Marcelo Rangel, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17/12/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
MAURO MORAES - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 124/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Marcelo Rangel propõe dar assistência especial à parturientes cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência ou patologia crônica que implique tratamento continuado, constatado durante o período de internação para o parto.

A justificação do nobre Deputado para proposição da lei, apesar de bem sintética, alcança a raiz das dificuldades enfrentadas pelas mães quando dão à luz filhos com patologias crônicas, muitas delas identificadas nos programas de neonatal e outras somente conhecidas pós-parto, situações que exige cuidados maiores e melhores no sentido de prevenir o agravamento das patologias identificadas nestas ocasiões.

**No mérito**

Toda ação, toda medida, programas, projetos, seja o que for, que visem a proteção da criança e seu bem-estar físico para que alcance o desenvolvimento pleno, é meritório. Toda atenção do organismo público extensiva a toda rede de atendimento público/privada e também da rede particular de atendimento deve ser operada e neste mister o projeto de lei é positivo enquanto instrumento de apoio às parturientes que via de regra sofrem os efeitos imprevisíveis, conhecidos por muitos, dos procedimentos pós-partos, razão pela qual impede sobre os profissionais das áreas afins a prestação das necessárias e indispensáveis orientações nos casos previstos neste projeto.

Em que pese a posição contrária desta Comissão ao prosseguimento, inquinando-se para a declaração de sua inconstitucionalidade sob a ótica de que o texto proposto pretende “instituir política preventiva de saúde” cuja incumbência seria da Secretaria Estadual de Saúde, conforme artigo 2º da Lei nº 8465 de 1987, conclui em sua análise prévia, que o presente projeto de lei contém o vício de origem, sendo portanto inconstitucional, não obstante, ousamos, *data vêniam*, divergir dessa diletta Comissão, traçando nossa análise sobre outro ângulo que alcança as competências concorrentes e comum criadas pela Constituição Federal e seguida pelas constituições estaduais.

**Fundamentação**

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13/07/90, prevê a proteção da criança desde a sua concepção e logo no artigo 4º assim dispõe, *literis*:

(...)

*Art. 4º É dever da família da comunidade, da sociedade em geral e o poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.*

*Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:*

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

A matéria estampada no presente projeto ao contrário do que diz a análise prévia não institui, nem cria nenhuma função nova, se não tão-somente dispõe sobre assistência especial a ser fornecida às paturientes. A proteção a vida e à Saúde é dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos previstos no artigo 196 e 197 da Constituição Federal, como veremos a seguir, *literis*:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

*Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalizando e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

A Constituição Estadual por seu turno, na seção II, título VI, capítulo I, artigo 167 faz coro a Constituição Federal reafirmando que a saúde é direito de todos e dever do estado, *literis*:

*Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.*

*Parágrafo Único. Ao estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no artigo 200 da Constituição Federal.*

A Constituição Federal previu dois tipos de competência, a comum, artigo 23 e a concorrente, no artigo 24.

O artigo 23 dispõe que, *Literis*:

*É competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.*

(...)

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência pública.*

Segundo dicção do artigo 24 da mesma carta política:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

(...)

As competências elencadas nos dispositivos citados alcançam a matéria enfrentada por este importante projeto albergado pela Constituição Federal que criou dois tipos de competência: concorrente e a comum, perfeitamente harmônica entre união, estados e municípios.

O disposto no artigo 53 da Constituição Estadual em seus incisos XVI e XVII<sup>1</sup> faz remissão aos dois tipos de competência federal, concorrente e comum, como já dito, sendo indispensável que as matérias atribuídas a esses dois tipos de competência estejam contempladas nestes dispositivos, ou seja nos artigos 23 e 24 da Constituição Federal.

No caso vertente nota-se que a competência da união é concorrente à do estado e máximo sobre a matéria de natureza da Saúde Pública. Neste caso existe previsão de competência estando perfeitamente contemplada nos incisos XVI e XVII do artigo 53 da Constituição Estadual, que confere competência de certas matérias à Assembléia Legislativa.

Assim que importa neste contexto elencar a competência concorrente:

Compete legislar concorrentemente à união, estados e Distrito Federal;

I - direito tributário, financeiro, penitenciário;

II - educação, cultura e ensino;

III - previdência social, proteção e defesa da saúde;

IV - assistência jurídica e defensoria pública;

V - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI - proteção da infância e juventude.

Reforçando o mecanismo já descrito na competência concorrente, a competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados (artigo 24, parágrafo 2º da Constituição Federal), *literis*:

*Art. 24. Compete a união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

1. Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente: (...) XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal; XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Inexistindo lei federal nas áreas da competência concorrente, a competência legislativa dos estados e do Distrito Federal é plena, para atender suas peculiaridades. Em sobrevindo lei federal sobre normas gerais, suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário. (artigo 24, parágrafo 3º e 4º da CF).

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.*

*§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.*

### **Da Legitimidade e Legalidade**

No que pertine a Competência Legislativa a matéria vergastada é de Competência comum e concorrente dos estados federados, isto é, se a Constituição Federal não cria vedação e a Constituição Estadual, segue o mesmo critério, artigo 66 e seus incisos, pode-se afirmar que onde a constituição não cria vedação à competência dos estados ela é subsidiária ao conferir poderes ao legislativo como já visto no artigo 53, XVI, XVII da CE, *literis*:

Nos artigos constitucionais acima destacados, fica claro que, uma vez que a união já estabeleceu normas gerais a respeito da saúde pública, resta aos estados e aos municípios à competência concorrente suplementar.

Vale lembrar que segundo Márcia Dieguez Leuzinger:

*(...) competência dos estados-membros, no que diz respeito às matérias cuja competência legislativa é concorrente, caracteriza-se como suplementar, entendida “como o poder de formular normas que descobrem o conteúdo de princípios ou normas gerais ou que supram a ausência ou omissão destas”, restringindo-se a possibilidade de legislar plenamente aos casos em que inexistia lei federal (Silva apud Leuzinger, 2002, p. 126).*

O caráter privativo, como já ressaltado acima, confere aos estados a competência para legislar matérias que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, artigo 25, parágrafo 1º todos da CF, *literis*:

*Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservados aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Verifica-se pelo breve relato mandamental entre as Constituições, federal e estadual, que a matéria sob análise constitui-se em matéria de competência comum e concorrente. Assim o artigo 53, XVI e XVII da Constituição Estadual, contempla ao Poder Legislativo a matéria na condição de disponibilidade, ou seja, o Poder Legislativo pode dispor para legislar pelo princípio da Competência Comum e Concorrente, quando estas não lhe sejam vedadas.

Neste caso específico de cuidado à saúde, a Constituição Federal consagrou o princípio da indelegabilidade de poderes, ou seja, os poderes da união e federados são independentes, mas harmônicos entre si. Portanto pode-se aceitar a hipótese de iniciativa concorrente de competências não configurando usurpação de poderes daí caracterizando na sua plenitude a constitucionalidade.

A CCJ em parecer ao presente PL foi contrário à sua aprovação sem observar que o PL não trata de criar ou instituir algo, atividades privativas da união e dos estados. O PL apenas dispõe sobre atividade de assistência especial o que não é nenhuma novidade se enfrentada a matéria do ponto de vista constitucional que disciplina as incumbências no trato do cuidado à saúde e assistência social, não implicando a lei ora proposta em nada de excepcional que o setor de saúde pública tenha que fazer, ou criar ou instituir.

Por outro lado essa diletta comissão embasando o seu parecer contrário à aprovação do PL, citou a Lei nº 8465 de 1987, artigo 2º que não corresponde muito menos tem alguma conexão à matéria vergastada. Existe a Lei Estadual nº 8465 de 15/01/87, anexa, que autoriza o Poder Executivo a instituir a fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão. Se por equívoco ou não o fundamento invocado é inservível para o fim pretendido.

#### **Conclusão**

Pelo exposto verifica-se a legitimidade da iniciativa da Assembléia Legislativa tendo a incumbência de legislar concorrentemente matéria que não lhe seja vedada constitucionalmente, sendo constitucional quanto à competência originária, ausente o vício de origem, sendo de todo legal na exata medida em que se conforma com o mandamento constitucional e infraconstitucional quanto a separação dos poderes e a fixação de competências.

Quanto aos aspectos da Técnica Legislativa não encontramos nenhum óbice enquadrando-se perfeitamente nos dispositivos da Lei Complementar nº 095/98.

Ao exposto meu parecer é favorável ao prosseguimento do presente PL nesta Casa.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e senhores da imprensa.

O primeiro projeto dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento prestador de serviços públicos. O que quer dizer isso?

É um projeto importante, aliás, ontem o Deputado Belinati usou a tribuna para falar justamente desse assunto. O projeto prevê que empresas que realizam serviços públicos tenham, nas cidades paranaenses, escritórios com atendimento personalizado.

O que queremos com este projeto? Que empresas públicas, empresas de telefonia móvel, fixa e outras

empresas que possuem contratos com mais de 3 mil clientes ou consumidores numa cidade, tenham, como obrigação, que disponibilizar escritórios para atendimento personalizado nas cidades. Por exemplo: hoje, para você fazer um cancelamento de um contrato com uma das operadoras de telefonia móvel, TIM, Claro, Vivo, você liga para o 400, paga uma nota, fica a tarde inteira para tentar cancelar e não consegue. Você vai reclamar para quem? Você vai reclamar para a empresa que vendeu o celular? Não é de competência dessa empresa.

Essas empresas que têm mais de 3 mil clientes, em uma cidade com mais de 20 mil habitantes, possuem responsabilidade com seus clientes, com seus consumidores e, por meio desta lei, deste projeto, teriam por obrigação ter um escritório para atendimento personalizado para encaminhamentos, orientações, cortes, desligamentos, cancelamentos, o que hoje é realmente muito difícil.

Portanto, o primeiro projeto é bem simples, é de grande importância social, principalmente nas pequenas cidades. Empresas públicas que disponibilizam serviços públicos em uma cidade, por exemplo, com 25 mil habitantes, vão ter seu escritório para atendimento popular, para que as pessoas possam reclamar, para que as pessoas possam pelo menos fazer seus encaminhamentos em um escritório.

Isso é importante porque, na verdade, Srs. Deputados, essas empresas gastam milhões em marketing, principalmente as empresas de telefonia móvel, mas depois gastam quase nada no pós-venda, no atendimento ao cliente. Isso está provado no número de reclamações no PROCON. O maior número de reclamações é de telefonia móvel e de telefonia fixa também. A Brasil Telecom terá que ter seus escritórios regionais em cada cidade paranaense que possui mais de 20 mil habitantes e que tem mais de 3 mil clientes. Acho correto, justo e importante que o projeto seja aprovado aqui na Assembléia Legislativa.

O segundo projeto de minha autoria, que está hoje na pauta também, é um projeto de grande alcance social, mas tem a ver com a Saúde. Ele prevê assistência especial a ser fornecida para as mães cujos filhos recém-nascidos sejam deficientes por problemas genéticos ou problemas durante o parto: paralisia cerebral, Síndrome de Down e outras síndromes. Com este projeto, Sr. Presidente, pretendo que as mães tenham assistência e atendimento especial, que recebam atenção do estado, principalmente com informações por escrito sobre os cuidados a serem tomados com o recém-nascido por conta da sua deficiência ou patologia.

Quando nasce uma criança com uma patologia, com uma deficiência, normalmente, o médico passa as informações técnicas para a mãe e para o pai, mas em alguns casos a mãe é muito humilde, muito simples, e devido à situação psicológica, por ter um filho com deficiência, muitas vezes não guarda, não sabe qual é o tratamento específico que aquela criança precisa ter para se desenvolver e ter qualidade de vida. Portanto, com este

projeto de nossa autoria, as mães vão receber por escrito as informações sobre a patologia e esclarecimentos de quais os encaminhamentos para que a criança tenha, realmente, qualidade de vida e possa até mesmo conviver com a patologia, tenha progressos e, principalmente, inclusão social.

A mãe vai receber, também, uma lista de instituições públicas e privadas que são especializadas nessas determinadas síndromes, patologias, deficiências, e psicólogos que possam dar assistência à família. Enfim, as mães e os pais vão receber instruções para dar uma qualidade de vida melhor para o filho e para toda a família.

Então, é um projeto muito interessante e de grande alcance social. Peço o apoio dos nobres Deputados, na tarde de hoje, aqui na Assembléia, para os dois projetos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o item nº 06 da pauta. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

Item 07 - 1ª discussão do Projeto de Lei nº 124/08. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2333, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### ***Discussão Única (Proposições)***

#### **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 115/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 470/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e a sede do município de Cambira. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 369/07

Curitiba, 29/10/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 295/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 470/07, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistir recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 470/07, encontra-se publicado no DA nº 072/07, de 27/06/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 115/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 470/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, vetado pelo Governador do Estado, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170, entre o trevo do bairro Bela Vista e o município de Cambira.

#### **Fundamentação**

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento. Vejamos:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 13/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

#### **ITEM 09**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 024/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 686/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltina do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 054/07

Curitiba, 20/02/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 404/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo



87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 686/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltina do Paraná.

Ressalte-se que a Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, informa que não há previsão orçamentária para obras de pavimentação e manutenção da referida via, contida no projeto de lei.

Ademais, o município deve demonstrar o interesse na estadualização, apresentando a lei municipal com o mesmo objetivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto a consideração dessa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 686/07, encontra-se publicado no DA nº 112/07, de 17/09/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 024/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 686/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, pretende autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltina do Paraná.

##### Fundamentação

Inicialmente, deve-se asseverar que este parecer analisa apenas e tão-somente o aspecto temporal, qual seja, se o veto foi apostado dentro do prazo constitucionalmente definido e mais, se no tempo definido foi entregue à Assembléia Legislativa para discussão e votação. Para tal análise, basta transcrição do artigo 71 da Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.*

*§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.*

*§ 3º Decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Governador importará em sanção.*

Fixada esta premissa é de se analisar se o prazo de 15 dias foi cumprido. Pelo simples cotejo, destaca-se que o veto está de todo dentro do prazo constitucional, apto

estando, porquanto, para apreciação por parte do Plenário da Assembléia Legislativa.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### ITEM 10

**DISCUSSÃO ÚNICA-** da Proposição nº 039/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)**

OF/CTL/CC nº 095/08

Curitiba, 16/04/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 009/08, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 669/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a aduzir.

Pelo Princípio da Separação dos Poderes, entendo que o legislador estadual cumpre a sua função legislativa, ao apresentar a proposta de doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93, utilizados como postos de saúde, conforme especifica e também justifica.

Conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 23, é de competência comum da união, dos estados e dos municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Pois bem, conservar o patrimônio público é uma das competências atribuídas ao estado, e o agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VI, aduz que é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da administração estadual, onde, inclusive, se insere a gestão do patrimônio público.

Importante destacar que, no vocabulário jurídico, patrimônio público é *representado pelo conjunto de bens que pertencem ao domínio do estado, e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas* (Silva, De Plácido e, *Vocabulário Jurídico/atualizadores: Nagibi Slaibi Filho e Gláucia Carvalho - Rio de Janeiro, 2007, Editora Forense, pág. 1015*).

A definição acima citada não deixa dúvidas quanto à destinação dos bens públicos, qual seja, o atendimento de seus próprios objetivos, não restando possibilidade de o estado desfazer-se do patrimônio que se compôs, visto que deve aplicá-los em seus propósitos.

Importante dizer que os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis e, portanto, o agente público deve agir com a cautela pelas responsabilidades que lhe recaem em função dos seus atos.

Importante salientar, ainda, que a legislação eleitoral, mais especificamente a Lei 9504/97, veda aos agentes públicos algumas condutas, em período eleitoral, dentre elas a distribuição gratuita de bens, vejamos a redação do parágrafo 10 do artigo 73:

*Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*

*§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11300 de 2006).*

Assim, conclui-se que, embora o legislador desempenhe sua função legislativa, o estado deve cumprir o disposto na Constituição Federal, de conservar o patrimônio público, e o disposto na Constituição Estadual, o Governador, como Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 669/07, encontra-se publicado no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Projetos de Lei).**

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 039/08

## P A R E C E R :

### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93.

### **Fundamentação**

A Constituição Estadual assim determina:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 10/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

## **Em votação.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados, uma vez que precisamos de quórum qualificado para votar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Jocelito Canto, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jocelito Canto**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção, Srs. Deputados, para a votação.

Para a manutenção dos vetos, deverão usar a expressão SIM; para derrubarem o veto e aprovarem o projeto, deverão usar a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, me permite?

**(Assentimento)**

Apenas para encaminhar. Dizer que todos esses vetos que foram apostos, V. Exa. sabe do nosso critério, que é para respeitar a questão que envolve o interesse público ou a constitucionalidade. Cada um dos temas que é sempre tratado nos vetos é administrativamente tratado com o Governo e temos solucionado a grande maioria dos vetos. Pedir à nossa Bancada que vote com a expressão SIM, pela manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

Está em votação.

Encerrada a votação.

Vamos para a apuração do resultado: 14, NÃO; 13, SIM; uma abstenção.

**(Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos).**

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2303 a 2305, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2307, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2314 a 2330, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 288, 352, 356 e 358/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 802/07 e 124/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 025 e 026/08.

Levanta-se a Sessão.

## **Publicações:**

### **Comissão Executiva**

#### **Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1061/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6780, datado de 29/07/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, à LINDAMIR COLONTONIO, matrícula n° 40984, portadora do CPF 56434952953, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 30/07/91, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-01, lotada na 1ª Secretaria, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de n° 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá

ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei n° 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1066/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 7163, datado de 12/08/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, à SANDRA MARIA RUDNIK, matrícula n° 40368, portadora do RG 3.591.000-0/PR e do CPF 544.862.469-34, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada no Setor de Telefonia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de n° 6.174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei n° 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1069/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 7161, datado de 12/08/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, à NAIR ISABEL ROSA, matrícula n° 40639, portadora do RG 1.902.574-8/PR e do CPF 632.248.959-34, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09/07/85, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, com lotação na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de n° 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei n° 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ***Diretoria Geral***

### ***Portarias***

#### **PORTARIA Nº 0208/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7299, datado de 14/08/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar contar em favor de ANTONIO CARLOS BARRETO DE SOUZA, matrícula nº 40800, portador do RG 1.221.632/PR e do CPF 157.319.879-04, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 10/01/84, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-03, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/02 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/08/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0210/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7230, datado de 13/08/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JOSE ROBERVAL MOREIRA, matrícula nº 7681, de 15 (quinze) dias, a partir de 13/08/08 com término em 28/08/08, CID. 10 M 4.5 e M54.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/09/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0211/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7566, datado de 25/08/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ANA CRISTINA CANORO, matrícula nº 40943, de 07 (sete) dias, a partir de 25/08/08 com término em 01/09/08, CID. 10 J34.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/09/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0212/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6985, datado de 06/08/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar averbar na ficha funcional de ZEDINIR RUIS RODRIGES YOCOTA, matrícula nº 40680, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Jocelito Canto, os seguintes períodos de tempo:

1 - 05 anos, 03 meses e 14 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, referente aos períodos de tempo compreendidos entre 25/02/75 e 30/04/78 (03 anos, 02 meses e 06 dias) trabalhados no Banco Financeiro SA; de 03/07/78 a 15/02/79 (07 meses e 13 dias) trabalhados na Centrais de Abastecimento do Paraná SA; de 09/05/74 a 18/07/74 (02 meses e 10 dias) trabalhados na Maternidade Nossa Senhora de Fátima; 01/09/74 a 08/02/75 (05 meses e 08 dias) trabalhados na Solar Decorações Ltda; de 01/03/79 a 07/04/80 (01 ano, 01 mês e 7 dias) trabalhados na Companhia Brasileira de Armazenamento, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º, da Constituição Federal e conforme cópia da Certidão de Tempo de Contribuição do INSS em anexo;

2 - 06 meses, para todos os efeitos, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70;

3 - 07 meses e 29 dias, para todos os efeitos legais, período compreendido entre 02/01/85 e 30/08/85, em que trabalhou nesta Assembléia Legislativa, conforme comprova registro em sua Carteira de Trabalho, cópia em anexo, nos termos do artigo 35 e parágrafo 9º da Constituição Federal e artigo 129 da já citada Lei Estadual 6174/70. Devendo, também, serem retificados seus registros funcionais;

4 - 03 anos e 07 meses, para todos os efeitos legais, nos termos do inciso I do artigo 129 da Lei Estadual 6174/70 e conforme artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98, período compreendido entre 01/09/85 e 01/04/89, em que exerceu cargo em comissão, símbolo 4-C, de Auxiliar de Serviços Externos, no Gabinete do Deputado Estadual César Furiati, conforme cópia do Decreto Legislativo nº 337/85, publicado no Diário da Assembléia de 26/09/85 e cópias de Demonstrativos de Rendimentos em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0213/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7368, datado de 18/08/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

1 - mandar revogar a Portaria nº 048/95, por ser indevida;  
2 - mandar contar em favor de JOSE EDUARDO PIAZZETTI, matrícula nº 40517, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, com lotação no Gabinete do Deputado Estadual Ney Leprevost, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0214/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o processo protocolado sob o nº 7812, datado de 01/09/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor MARIA JOSE RAUEN DE BACELAR FILHO, matrícula nº 40690, para permanecer prestando serviços junto ao Governo do Estado, na Casa Civil, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0215/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7813, datado de 01/09/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

colocar, a disposição do Governo do Estado os serviços da funcionária deste Poder Legislativo, NEUSA MIRIAN LANG POHL, matrícula nº 40481, para exercer cargo em comissão, símbolo 1-C, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0216/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7811, datado de 01/09/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

prorrogar, a disposição funcional da servidora JUSSARA FREITAS TRANCOSO, matrícula nº 40578, para permanecer prestando serviços junto à Secretaria de Estado da Saúde, exercendo o cargo em comissão de Chefe da Central de Transplante, símbolo 1-C, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0217/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7503, datado de 20/08/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de MARCIA ARLETE SANTOS, matrícula nº 40236, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com lotação na Coordenadoria da Ata, o tempo de 01 ano e 07 meses, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em que trabalhou no Banco Nacional SA, período compreendido entre 01/04/74 a 31/10/75, conforme Certidão de Tempo de Contribuição e Carta de Comunicado de Indeferimento Parcial do INSS, em anexo, conforme faculta o artigo 201, em seu parágrafo 9º da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor |Geral

## PORTARIA Nº 0218/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o processo protocolado sob o nº 7731, datado de 29/08/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional da servidora URSULA KUHLEMANN, matrícula nº 1666, para permanecer prestando serviços junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, até 31/12/08, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

